



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA - MESTRADO



ANNA COSTA PINTO RIBEIRO RIANI

A DOR E O TRAUMA NA METAPSICOLOGIA DE FREUD

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia por Anna Costa Pinto Ribeiro Riani.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fatima Siqueira Caropreso.

JUIZ DE FORA
2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Riani, Anna Costa Pinto Ribeiro.

A dor e o trauma na metapsicologia de Freud / Anna Costa Pinto Ribeiro Riani. -- 2014.

97 p.

Orientador: Fatima Siqueira Caropreso

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

1. Freud. 2. metapsicologia. 3. dor. 4. trauma. 5. aparelho psíquico. I. Caropreso, Fatima Siqueira, orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida e aprovada, em 05/02/2014, pela banca constituída por:

Autor: Anna Costa Pinto Ribeiro Riani

Presidente: Prof. Dr. Richard Theisen Simanke
Universidade Federal de Juiz de Fora

Membro Titular: Profa. Dra. Christiane Carrijo Eckardt Mouammar
Universidade Estadual de São Paulo – UNESP/Bauru

Orientadora: Profa. Dra. Fatima Siqueira Caropreso
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com todo o meu carinho, a cinco pessoas queridas que fizeram com que estes dois últimos anos fossem recheados de coragem:

Meu amor Frederico. Compartilhar a vida com você traz paz à minha alma.

Meus pais Valeska e Paulo. Busco todos os dias ser o exemplo para meus filhos que vocês foram e são para mim.

Minha fiel companheira Marta Coutinho, carinhosamente apelidada de Tatá. Você é a certeza que posso estar longe, mas que meus pequenos continuam em braços firmes e serenos.

Minha orientadora Fatima Caropreso. Obrigada pela sua generosidade e humanidade comigo. Nesse seu tamanho de menina esconde um saber que jamais imaginei encontrar.

Foi pela ajuda incansável de vocês e pela paciência no convívio comigo que não desisti pelo caminho. Sei que não fui tudo o que eu queria, nem estudei tudo o que gostaria, nem escrevi tudo o que poderia, mas fiz o que foi possível numa situação tão delicada: fazer crescer juntos uma família, um recém-nascido (e de preferência saudável) e um mestrado.

Agradeço, também, à Capes, pelo auxílio em forma de bolsa de estudo a esta pesquisa.

DEDICATÓRIA

Aos meus maiores amores, Júlia, Gabriel e Maria Clara, razão dos meus sorrisos. Ao meu amor de longa data, Fred. Aos meus pais, metade de mim. Aos pequenos bebês prematuros, motivo deste trabalho.

EPÍGRAFE

“Quando eu era jovem, a única coisa por que eu ansiava era conhecimento filosófico” (Sigmund Freud).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: A dor em <i>Projeto para uma psicologia científica, de 1895</i>	6
1.1 Os pressupostos e a estrutura do aparelho neuronal.....	8
1.2 A vivência de satisfação.....	18
1.3 A vivência de dor.....	23
CAPÍTULO 2: A retomada da vivência de dor em <i>Além do princípio do prazer, de 1920</i>	30
2.1 O novo dualismo pulsional.....	32
2.2 A compulsão à repetição.....	36
2.3 A relação entre o trauma, a dor física e a compulsão à repetição.....	44
CAPÍTULO 3: O ego corporal e a vivência de dor em <i>O ego e o id, de 1923</i>	50
3.1 A sistematização da noção do ego em 1923.....	56
3.2 O ego corporal e a vivência de dor.....	62
CAPÍTULO 4: O reposicionamento da dor e do trauma em <i>Inibição, sintoma e angústia, de 1926</i>	67
4.1 Afeto, angústia e repressão.....	72
4.2 A repressão e a repressão primordial.....	79
4.3 O trauma do nascimento e a angústia.....	82
4.4 As reações de angústia e suas séries.....	83
4.5 Prematuração e desamparo.....	85
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

RESUMO

A metapsicologia de Freud apresenta hipóteses gerais sobre o funcionamento do aparelho psíquico dos indivíduos. Seus textos muitas vezes são negligenciados no estudo das obras de Freud em detrimento aos clínicos e culturais, contribuindo para que ocorra dificuldades na compreensão da teoria metapsicológica. No texto *O Projeto de uma psicologia científica* (1895) encontramos as primeiras teses freudianas sobre o aparelho psíquico e as primeiras formulações dos conceitos experiência de satisfação, experiência de dor, mecanismos de inibição e repetição. Estes passam por uma revisão nos textos que seguem à chamada “virada” dos anos 20. O objetivo geral deste trabalho é analisar o conceito “dor” e “trauma”, e seus efeitos sobre o desenvolvimento psíquico, segundo a teoria metapsicológica freudiana. Pretendemos retomar o percurso de Freud sobre tais conceitos, apontando para a retomada, pós 1920, da experiência de dor como “fundante” do psiquismo e questionando, dessa maneira, a ideia de uma teoria pautada exclusivamente na sexualidade e na fantasia. Buscamos mostrar que há um reposicionamento dos conceitos “dor” e “trauma” como estruturantes do funcionamento do aparelho psíquico e da teoria das neuroses. Trata-se de um trabalho epistemológico e utilizou-se como metodologia a epistemologia da psicanálise, que busca conferir a um discurso que se pretende científico o estatuto de um texto e que se realize uma leitura interna do mesmo, examinando seus contornos próprios e a articulação das teses entre si. Os textos de Freud submetidos à análise são: *Projeto para uma psicologia científica* (1895), *Além do Princípio do prazer* (1920), *O Ego e o Id* (1923) e *Inibição, sintoma e angústia* (1926).

Palavras-chave: Freud; metapsicologia; dor; trauma; aparelho psíquico.

ABSTRACT

Freud's metapsychology presents general hypothesis regarding the functioning of the psychic apparatus of individuals. His texts are often neglected in the study of Freud's work to the detriment of the cultural and clinical ones, contributing to the occurrence of difficulties in comprehending the metapsychological theory. In the text *The Project for a Scientific Psychology* (1895) we find the first Freudian thesis about the psychic apparatus and the first elaborations of concepts on experience of satisfaction, experience of pain, inhibition and repetition mechanisms. These undergo a review in the texts that follow the so-called "turn" of the 1920s. The main goal of this work is to analyze the concept of "pain" and "trauma", and their effects upon psychic development, according to the Freudian metapsychological theory. We intend to retrace Freud's path regarding such concepts, pointing towards resuming, after 1920, of the experience of pain as "founding" of the psyche and therefore questioning the idea of a theory based exclusively on sexuality and fantasy. We aim to show that there is a repositioning of the concepts of "pain" and "trauma" as structuring of the functioning of the psychic apparatus and of the theory of neurosis. It is an epistemological work that utilized as methodology the epistemology of psychoanalysis which aims to endow a speech that intends to be scientific the status of a text and that it conduct an internal reading of it, examining its own contours and the articulation of the thesis among themselves. Freud's texts submitted to analysis are *The Project for a Scientific Psychology* (1895), *Beyond the Pleasure Principle* (1920), *Ego and Id* (1923), *Inhibitions, Symptoms and Anxiety* (1926).

Keywords: Freud, metapsychology, pain, trauma, psychic apparatus.

INTRODUÇÃO

A metapsicologia de Freud propõe hipóteses gerais sobre o funcionamento do aparelho psíquico dos indivíduos. Laplanche e Pontalis (1967/1983) a definem da seguinte maneira:

Termo criado por Freud para designar a psicologia por ele fundada, considerada na sua dimensão mais teórica. A metapsicologia elabora um conjunto de modelos conceituais mais ou menos distantes da experiência, tais como a ficção de um aparelho psíquico dividido em instâncias, a teoria das pulsões, o processo do recalçamento, etc. A metapsicologia toma em consideração três pontos de vista: dinâmico, tópico e econômico (Laplanche e Pontalis, 1967/1983, pp. 361-362).

Os textos metapsicológicos são os seguintes: *Projeto para uma psicologia científica* (1895), *A interpretação dos sonhos* (1900), *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911), *Artigos Metapsicológicos* (1915-1917), *Além do princípio do prazer* (1920), *O ego e o id* (1923), *Inibição, sintoma e angústia* (1926) e *Esboço de psicanálise* (1938). Outros comentadores, como Caropreso (2010), admitem também fazer parte da metapsicologia o texto de 1891, *Sobre a concepção das afasias*.

O fato é que parece haver uma cisão e conseqüente valorização diferenciada entre os textos que tratam do método e interpretação e aqueles metapsicológicos, apontando para uma tendência de ruptura do campo psicanalítico em duas faces de difícil diálogo, a da clínica e da técnica e a da base teórica. Assim, a ideia difundida no meio acadêmico e científico é que a metapsicologia não passa de especulações de Freud, restando à mesma ser objeto de estudos do campo filosófico (Caropreso, 2010).

Caropreso (2010) faz os seguintes comentários sobre essa cisão do campo psicanalítico:

... a técnica e a interpretação são então valorizadas como métodos objetivos, que permitem a efetuação de descobertas empíricas (válidas ou não), enquanto que a metapsicologia é remetida apenas às tendências especulativas de Freud e identificada ao resíduo metafísico que a ciência tem que aprender a deixar para trás. O que se desprende dessas observações é uma recusa mais ou menos generalizada da metapsicologia, entendida como devaneio metafísico e especulativo pelas leituras científicas e como resquício científico e naturalista pelas leituras humanistas (Caropreso, 2010, pp. 19-20).

Apesar de toda essa discussão acerca do *status* da metapsicologia, Freud a defendia como sendo a base de cientificidade da psicanálise. Mesmo havendo leituras que busquem aproximar a metapsicologia da metafísica, podemos argumentar que Freud nunca se afastou do campo biológico, ou material, na formulação de suas hipóteses. Segundo Freud, o que se passava na época era uma falta de descobertas científicas que fossem suficientes para justificar suas hipóteses, como aponta em comentários num de seus últimos textos, *Esboço de Psicanálise*, de 1938.

Ao nos dedicarmos à leitura da obra de Freud, especialmente à leitura dos textos metapsicológicos, não podemos esperar uma linearidade teórica, ou uma evolução “perfeita” de conceitos e de hipóteses. Há uma dinâmica nas argumentações freudianas sobre suas próprias especulações que ora parecem ser negadas, ora retomadas, ora esquecidas. Monzani (1989) comenta “que Freud tenha, no decorrer de sua carreira teórica, mudado várias vezes de posição a respeito de determinados problemas é uma verdade elementar que o simples olhar endereçado a seus textos prova insofismavelmente” (Monzani, 1989, p. 15).

Essa fragmentação de ideias no entorno da metapsicologia freudiana reforça a ideia de que tais textos pouco contribuem para a compreensão da psicanálise, agregando mais valia aos textos técnicos e culturais.

Um texto amplamente discutido sobre seu valor para a leitura das teses metapsicológicas é o manuscrito *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895. Muitos estudiosos acreditam que tal escrito não passa de uma tentativa fictícia de Freud

em materializar algo imaterial, no caso, o funcionamento do psíquico inconsciente. Acreditam que dessa erudição nada pode ser aproveitado para se pensar Psicanálise. Outra corrente vê o texto de 1895 como “o embrião do conjunto de teses e teorias psicanalíticas que Freud desenvolverá ou explicitará no decorrer de sua obra posterior” (Monzani, 1989, p. 13).

Se admitirmos a leitura dos escritos de Freud tal qual a segunda corrente de estudiosos – que pensa a teoria freudiana como um movimento de retomadas conceituais e de superações de hipóteses – então a ideia de uma cisão interna à obra desaparece. Podemos até admitir que nem tudo o que é posto nos escritos iniciais da obra, especialmente aqueles que antecedem a 1900, são mantidos por Freud. Entretanto, não podemos desconsiderar que muitas hipóteses metapsicológicas já estão esboçadas nesta época. Nesse sentido, o texto *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, ganha destaque no campo metapsicológico por trazer as primeiras ideias de Freud sobre conceitos centrais para a psicanálise.

É nessa perspectiva, a de que não há cisão conceitual interna na obra de Freud, que essa dissertação se ampara metodologicamente. Pretendemos investigar os conceitos “dor” (Schmerz) e “trauma” (Trauma) na obra de Freud, considerando os textos metapsicológicos compreendidos entre 1895 e 1926, a partir dos quais buscaremos analisar as primeiras formulações, os movimentos internos de retomada e de reformulações, bem como a sistematização dos referidos conceitos nos anos finais da obra de Freud. Com essa investigação, pretendemos elucidar a evolução teórica desses conceitos para tentarmos compreender os efeitos da dor e do trauma sobre o desenvolvimento psíquico, segundo as hipóteses freudianas. Os seguintes textos de Freud serão objeto de análise: *Projeto para uma psicologia científica* (1895), *Além do Princípio do prazer* (1920), *O Ego e o Id* (1923) e *Inibição, sintoma e angústia* (1926).

No texto de 1895 estão esboçadas as primeiras formulações sobre a experiência de satisfação, assim como sobre a experiência de dor e também acerca dos mecanismos de inibição e repetição, conceitos importantes para entendermos o movimento de retomada da dor e do trauma nos textos pós 1920. O que percebemos, de antemão, é que sem a leitura do *Projeto para uma psicologia científica*, especialmente a parte que diz respeito à ideia da “vivência de dor”, torna-se difícil a compreensão da evolução das hipóteses metapsicológicas da chamada “virada dos anos 20”, configurando realmente a impressão de uma cisão conceitual.

No período que vai de 1900 a 1920, o que percebemos é o grande destaque para as hipóteses da “vivência de satisfação” e do “desejo” como estruturantes do funcionamento psíquico, sendo a “vivência de dor” e o “afeto” a ela relacionado deixados em segundo plano das especulações de Freud, tanto nos textos clínicos quanto nos metapsicológicos. Entretanto, os conceitos da “dor” e da “vivência de dor”, bem como o funcionamento primário repetitivo consequência dessa vivência, propostos em 1895, são fundamentais para pensarmos a estruturação do aparelho psíquico na metapsicologia freudiana após 1920.

Nos textos metapsicológicos, a partir de 1920, Freud parece retomar suas teorizações iniciais acerca da vivência de dor e repensar sua teoria do trauma. A partir do ensaio *Além do princípio do prazer* (1920), Freud coloca o trauma, no sentido da vivência de dor, novamente na base dos processos psíquicos, tal qual fora pensado em 1895, no *Projeto para uma psicologia científica*. A leitura dos textos pós 1920 sugere que essa retomada de ideias e o reposicionamento do trauma, pensado enquanto vivência de dor, ganha repercussão também nas formulações da segunda tópica (1923) e na segunda teoria da angústia (1926).

Objetivamos, então, nessa pesquisa, retomar o percurso de Freud sobre os conceitos de dor e de trauma, apontando para a retomada pós 1920 da experiência de dor como “fundante” do psiquismo, problematizando a noção de uma teoria pautada exclusivamente na sexualidade e na fantasia. Há, nos estudos sobre Freud, uma descontinuidade no estudo do trauma pensado como experiência de dor efetivamente vivenciada, não descortinando no meio acadêmico e clínico a devida importância à supremacia desses aspectos à teoria sexual.

Para sustentar metodologicamente essa investigação utilizamos os referenciais da epistemologia da psicanálise. Tal forma de análise foi proposta por Monzani (1990), seguindo as ideias do filósofo Gérard Lebrun no texto intitulado *A ideia de epistemologia* (1977). Pela epistemologia da psicanálise pretendemos reconstruir o movimento dos conceitos no interior da obra em que se inserem, analisando sua significação e a delimitação de suas potencialidades a partir do conteúdo estritamente textual. A proposta é a de que possamos conferir a um discurso que se pretende científico o estatuto de um texto e a de que realizemos uma leitura interna do mesmo, examinando seus contornos próprios e a articulação das teses entre si. Como bem aponta Monzani (1989), quando se faz uma leitura epistemológica de um conceito

dentro de uma obra não se pretende discutir a veracidade da teoria, mas apontar “o seu significado e os avatares dessa significação na trama dos conceitos psicanalíticos” (Monzani, 1989, p. 23).

No primeiro capítulo realizamos uma análise das hipóteses de Freud acerca da estruturação e do funcionamento do aparelho neuronal no *Projeto para uma psicologia científica*, bem como das hipóteses sobre a vivência de satisfação e a vivência de dor e suas consequências para a constituição psíquica. No segundo capítulo, abordamos o texto *Além do princípio do prazer*, dando maior ênfase à retomada da vivência de dor, agora nomeada trauma, e aos conceitos de compulsão à repetição e inibição, visto que estas são hipóteses intrinsecamente relacionadas à economia psíquica frente à questão da dor e do trauma. O terceiro capítulo traz uma reflexão sobre o texto *O ego e o id*, de 1923, ressaltando a função do ego na constituição psíquica enquanto ego corporal, discutindo, outrossim, o papel do mesmo na inibição de alguns processos psíquicos diante do estímulo da dor, bem como a relação do ego com a compulsão à repetição. O quarto capítulo está reservado para as reflexões e as considerações a respeito do texto *Inibição, sintoma e angústia*, de 1926. As hipóteses em torno do referido texto a serem enfatizadas neste quarto capítulo são a do reposicionamento da angústia como anterior à repressão, a do trauma como fundante do psiquismo, assim como a das consequências dessas articulações para a teoria freudiana sobre a etiologia das neuroses.

CAPÍTULO 1 - A dor em *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895

O ensaio intitulado *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, é um manuscrito de Freud, publicado postumamente em 1950, onze anos após a morte de seu autor. Por ser um manuscrito inacabado, sua compreensão nem sempre é fácil, pois Freud escreve livremente sobre temas que ainda não tinha apresentado. É nesse texto que vários conceitos são esboçados pela primeira vez, muitos dos quais não serão novamente sistematizados no restante da obra freudiana.

Podemos inferir que muitos destes referidos conceitos foram aprendidos por Freud com neurologistas e com filósofos da época, como Brücke, Meynert, Exner e Stuart Mill, como nos aponta Gabbi Jr. (2003). Há diversas descobertas neurológicas e reflexões filosóficas contemporâneas às teorizações de Freud que nos possibilitam pensar nessas influências. Nas palavras de Gabbi Jr. (2003) temos as seguintes considerações:

A proposta de Freud de deduzir uma psicologia científica e naturalista, segundo um mínimo de pressupostos, pode ser referida a inúmeras fontes. Apesar de o ensaio ter sido iniciado numa viagem de trem, ele de nenhum modo é um texto de ocasião (Gabbi Jr., 2003, p. 8).

Não queremos, com essas colocações, afirmar que Freud nada propôs de novo, mas acreditamos ser importante procedermos à contextualização do momento histórico e cultural que acompanha as primeiras teses metapsicológicas do criador da Psicanálise, de modo a não parecer ao leitor desavisado que as hipóteses freudianas derivam meramente de suas observações particulares. Sobre as influências experimentadas por Sigmund Freud, Monzani (1989) comenta o seguinte:

De fato, toda a articulação das teses do “Projeto...” está vinculada à leitura que Freud elabora, de forma inaugural, sobretudo a partir

dos histéricos. É exatamente essa prática clínica original, inédita, que confere ao “Projeto...” sua especificidade própria e o torna um documento único frente às mesmas tentativas nessa linha feitas pelos contemporâneos de Freud, como Exner (Monzani,1989, p.118).

As teses apresentadas no *Projeto para uma psicologia científica* configuram uma tentativa de formular uma psicologia científico-naturalista, explicando o funcionamento psíquico mecanicamente. Quando a mecânica não se mostra suficiente, Freud recorre a explicações biológicas, acreditando ser possível a formulação de uma teoria neurológica da mente. Na verdade, essa perspectiva sobre Freud ser ou não um neurologista – e que manteve a base da psicanálise sobre pilares biológicos durante toda a sua obra – ainda é alvo de muitas discussões no meio acadêmico até os dias de hoje.

Segundo Freud (1895-1950), o propósito do texto é “fornecer uma psicologia científica e naturalista, ou seja, expor os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partes materiais capazes de serem especificadas e, com isso, torná-los intuitivos e livres de contradição” (Freud,1895-1950/2003, p. 175).

As especulações de Sigmund Freud partem de seus estudos sobre a histeria, tentando explicar o funcionamento mental e a formação do sintoma histérico, baseando-se nos paradigmas das ciências naturais. Segundo Gabbi Jr. (2003) “uma psicologia natural tem as seguintes características: (a) toma a física como modelo, (b) supõe que não haja diferença essencial entre fatos físicos e fatos psicológicos e (c) explica os processos pela sua gênese” (Gabbi Jr., 2003, p.19).

No momento da redação do manuscrito em questão, a maior parte das teorias psicológicas sustentava a identificação entre o mental e a consciência. Freud propõe, então, que a maior parte dos processos psíquicos são inconscientes. Essa modificação na forma de conceber os processos psíquicos é considerada a real novidade do texto freudiano, como aponta Gabbi Jr. (2003). Assim, podemos admitir que o *Projeto para uma psicologia científica* traz uma dimensão a mais para o estudo da mente, qual seja, a noção do inconsciente em sentido dinâmico.

Este texto de 1895 encerra profunda importância com relação ao tema discutido neste trabalho por conter as primeiras hipóteses sobre o trauma, tratadas primeiramente como vivência de dor. Assim, além de todas as ideias sobre o aparelho psíquico, Freud antecipa noções como a compulsão à repetição, que será mais bem detalhada em *Além do princípio do prazer* (1920), a perspectiva econômica do trauma – este resgatado em 1926, no texto *Inibição, sintoma e angústia* –, além de introduzir a ideia de desejo e de afeto na obra. Enfim, é no *Projeto para uma psicologia científica* que podemos iniciar nosso percurso epistemológico sobre os impactos da dor e do trauma no aparelho psíquico de acordo com a teoria freudiana.

Começemos, portanto, pela análise de como Freud pensa, de maneira geral, os pressupostos e a estrutura do aparelho para depois passarmos às análises das vivências de satisfação e de dor.

1.1 - Os pressupostos e a estrutura do aparelho neuronal

A ideia central do *Projeto para uma psicologia científica* é o fornecimento de explicações científico-naturalistas para o funcionamento psíquico normal e patológico, a partir de dois postulados básicos: a quantidade (Q) e o neurônio (N).

A hipótese do “aparelho neuronal” é um desenvolvimento da hipótese do aparelho de linguagem, formulada em 1891 no texto *Sobre a concepção das afasias*, e uma antecipação do conceito de “aparelho psíquico”, que será proposto em 1900 no texto *Interpretação dos sonhos*.

Foi observando clinicamente as patologias, em especial a histeria, que Freud pôde perceber a característica quantitativa do funcionamento psíquico. Assim, parece ser o *Projeto para uma psicologia científica* uma tentativa de ampliar e de sistematizar as ideias contidas em sua publicação conjunta com Breuer, intitulada *Estudos sobre a histeria* (Freud & Breuer, 1895). Freud foi além das anotações de Breuer ao perceber que a ideia de um funcionamento psíquico baseado na “excitação nervosa como quantidade em fluxo” (Freud, 1895-1950/2003, p. 175) é uma característica comum a todos os processos psíquicos (Caropreso, 2010).

O primeiro dos pressupostos do texto é a quantidade. Freud a define como algo que diferencia atividade de repouso, nomeando-a “Q”, e aponta que esta estaria submetida à lei geral do movimento (Freud, 1895-1950/2003). A natureza da quantidade, porém, nunca foi bem especificada. Há especulações se Freud toma a noção de quantidade da mecânica dos fluidos ou se a concebe como uma noção elétrica. No entanto, nada é esclarecido na obra (Simanke & Caropreso, 2005).

O segundo postulado principal sobre o aparelho neuronal é que o mesmo é composto por neurônios idênticos entre si. Freud “toma os neurônios como partículas materiais” (Freud, 1895-1950/2003, p.175), concebendo-os como unidades que compõem o aparelho neuronal. Estruturalmente idênticos e anatomicamente independentes, os neurônios servem à passagem de Q e entram em contato uns com os outros através dos tecidos não neuronais, fazendo a quantidade em fluxo deslocar-se ao longo de seus prolongamentos celulares, dos dendritos aos axônios. Assim, o aparelho neuronal funciona tal qual “um sistema reflexo em miniatura” (Simanke & Caropreso, 2005, p. 87).

Haveria no aparelho neuronal uma tendência à descarga pela via mais rápida possível sempre que os neurônios fossem ocupados por quantidade, buscando manter o nível de excitação igual a zero. Essa tendência primordial de anular toda a excitação chama-se “princípio da inércia”. Tal princípio visa, então, manter o aparelho livre de Q, descarregando toda a excitação pela via motora. Segundo Freud, “o neurônio aspira libertar-se de Q” (Freud, 1895-1950/2003, p.176).

Como Freud identifica prazer como diminuição de excitação e desprazer como acréscimo de Q, pode-se dizer que o princípio da inércia trabalha no sentido de evitar o desprazer, fazendo isso por meio do movimento reflexo. Diz Freud que “o princípio da inércia dá o motivo para o movimento reflexo” (Freud, 1895-1950/2003, p.176). Simanke (2007) comenta que o neurônio é responsável tanto por se livrar de Q, por intermédio do movimento reflexo, como por se manter livre de excitação, desocupado.

Entretanto, há uma situação que impede o neurônio de efetuar seu trabalho de descarga e que impõe uma modificação a essa tendência primária de descarga de toda a Q: as excitações endógenas da ordem das necessidades vitais. Estímulos como a fome, a

respiração e a sexualidade são incapazes de serem totalmente descarregados através de movimentos reflexos. Freud (1895-1950) esclarece que:

Com a complexidade crescente do interior do organismo, o sistema nervoso recebe estímulos do próprio elemento corporal, estímulos endógenos, que devem ser igualmente eliminados. (...) O organismo não pode escapar deles, como no caso dos estímulos externos, não pode utilizar sua Q para a fuga de estímulo (Freud,1895-1950/2003, p. 176).

Sobre as hipóteses que levam Sigmund Freud à teorização de outro funcionamento neuronal, Simanke e Caropreso (2005) comentam que:

Se o sistema recebesse apenas quantidade de origem exógena, seria possível, em princípio, a partir do movimento reflexo, descarregá-la totalmente e, assim, mantê-lo afastado de todo aumento quantitativo. Mas tal sistema, além de quantidade exógena, receberia também quantidade endógena, e esta não poderia ser suprimida através do mecanismo reflexo unicamente (Simanke & Caropreso, 2005, p. 87).

Caropreso (2010) continua explicando o porquê da dificuldade na manutenção do princípio da inércia como soberano:

Embora os movimentos reflexos funcionem como um meio de descarga para a quantidade endógena, eles não seriam capazes de anular a fonte interna de estimulação, como o fazem em relação à quantidade exógena, ou seja, eles não permitiriam, nesse caso, a fuga ao estímulo. A anulação de uma fonte interna de estímulos dependeria, ao contrário, de uma atuação mais complexa sobre o mundo (...). Seria necessário o que Freud chama de uma *ação específica* para que a estimulação endógena pudesse cessar... (Caropreso, 2010, p. 63).

Para que o aparelho neuronal possa anular a Q proveniente do estímulo endógeno, ou seja, para a execução da ação específica, é necessário um acúmulo de quantidade no aparelho. Assim, o funcionamento neuronal deixaria de visar à eliminação total da excitação e passaria a manter a excitação constante, no nível mais baixo possível. Como explica novamente Caropreso (2010):

Assim, o princípio da inércia daria lugar, nos termos de Freud, a uma tendência à constância. Essa última não se oporia ao princípio da inércia; ao contrário, atuaria em seu favor, permitindo que a quantidade endógena fosse, de fato, mais eficientemente descarregada (Caropreso, 2010, pp. 63-64).

O neurônio passa a trabalhar no sentido de sempre armazenar Q num nível constante, ainda que no mais baixo possível. A qualquer movimento de Q acima do nível constante de ocupação do neurônio, causando desprazer, haveria uma tendência a desocupá-lo até que o nível baixo e constante fosse novamente atingido.

Percebemos que tanto no princípio da inércia quanto na tendência à constância está presente a tendência primária à eliminação da quantidade. O acúmulo de Q decorrente da tendência à constância tem como objetivo possibilitar a execução de uma ação específica – como a obtenção de alimento, no caso da fome – capaz de fazer cessar a recepção de estímulos endógenos. Desse modo, o processo como um todo continua visando à descarga da excitação. É nesse sentido que se pode dizer que a tendência à constância não anula o princípio da inércia.

Segundo o que propõe Freud, o aparelho neuronal seria constituído por três sistemas distintos de neurônios: o sistema phi, sistema de percepção que recebe a carga de excitação vinda da periferia e a transmite atenuada até o sistema vizinho psi; o sistema psi, que seria o sistema de memória no qual as representações se constituem; e o sistema ômega, “substrato neural da consciência” (Caropreso, 2010, p. 64). As diferenças entre os três sistemas neuronais decorreria da intensidade e do modo de atuação da quantidade por eles recebida, uma vez que Freud sustenta que todos os neurônios são estruturalmente idênticos.

Haveria “barreiras de contato” entre os neurônios, as quais ofereceriam uma resistência à passagem da excitação, de forma que somente a carga excitatória superior a essa resistência conseguiria fluir de um neurônio a outro. Esclarece Caropreso:

Entre os neurônios, haveria barreiras de contato, as quais ofereceriam certa resistência à passagem da excitação de um neurônio para outro, o que teria como consequência que apenas as quantidades cuja intensidade fosse superior à da resistência dessas barreiras conseguiriam transferir-se de um neurônio para o outro (Caropreso, 2010, p. 64).

A excitação que consegue vencer a barreira de contato produz nesta o que Freud chama “facilitação”. As facilitações podem ser entendidas como caminhos, trilhas preferenciais para o afluxo de Q. Gabbi Jr. (2003) comenta que “facilitar é permitir a redução da diferença entre repouso e movimento; assim, há uma inclinação para levar o sistema ao estado de repouso e, destarte, para realizar a função primária” (Gabbi Jr., 2003, p. 38).

A facilitação age no sentido de propiciar a descarga da excitação. Em uma segunda ocupação do mesmo neurônio, a Q tenderá a traçar novamente o mesmo caminho seguindo as barreiras de contato facilitadas e que apresentam menor resistência. Segundo os autores Antonelo e Herzog de Oliveira (2011) “a facilitação depende da magnitude da quantidade que passa pelo neurônio e do número de vezes que esse processo acontece” (Antonelo & Herzog de Oliveira, 2011, p. 241).

A facilitação no contato entre os neurônios faria com que estes ficassem associados. Um grupo de neurônios ocupados, com barreiras de contato facilitadas entre si, constituiria uma representação. Essa ideia de associação entre os neurônios é a base da hipótese freudiana sobre a memória, pois que, na ausência da ocupação, a representação manter-se-ia como uma possibilidade, dado que as facilitações continuariam a existir. Gabbi Jr. (2003) complementa esse entendimento afirmando que “as vivências mais significativas são as que fixam de forma decisiva os caminhos” (Gabbi Jr., 2003, p.38).

Retomando, Freud (1895-1950) faz as seguintes considerações acerca da divisão da classe de neurônios:

Agora recordemos que o sistema nervoso tinha desde o início duas funções: receber estímulos de fora e eliminar excitações originadas endogenamente. (...) mas poderia conjecturar-se que nossos sistemas phi e psi seriam aqueles que teriam tomado para si cada um desses compromissos primários. O sistema phi seria aquele grupo de neurônios a que chegam os estímulos externos, o sistema psi conteria os neurônios receptores de excitações endógenas (Freud, 1895-1950/2003, p.182).

O sistema phi está em contato quase direto com o exterior que é entendido por Freud, durante toda a obra, como a fonte das maiores cargas de excitação no aparelho psíquico. Este sistema estaria ligado às terminações nervosas que atenuariam um pouco a intensidade da quantidade exógena. No entanto, o sistema phi receberia as maiores intensidades de Q, de forma que suas barreiras de contato não ofereceriam resistência à passagem da excitação. Tais barreiras seriam totalmente facilitadas, ou totalmente permeáveis, de maneira que a Q fluiria livremente.

Simanke (2007) explica que, para Freud, o mundo externo deve ser entendido como algo exterior ao organismo, como uma massa energética em movimento (Simanke, 2007). Nesse sentido, o comentador segue suas argumentações sobre o sistema phi:

Essa representação da natureza física do mundo físico externo como composto de massa em movimento, cujo modo de ação é basicamente o choque por meio do qual o movimento se propaga, justificaria então o montante elevado das quantidades para as quais o sistema ϕ encontra-se voltado. A ideia que está subjacente a essas considerações é que essas quantidades podem ser suficientes para a facilitação máxima das barreiras de contato entre os neurônios ϕ , de modo que o sistema como um todo possa ser considerado

permeável, como requerem suas características funcionais (Simanke, 2007, pp. 67-68).

A principal característica funcional a que Simanke se refere é a permeabilidade necessária para a percepção. Esta requer que o sistema não seja modificado pela excitação recebida, de forma a se manter sempre igualmente receptivo. O sistema phi é responsável também por amortecer as magnitudes de Q, antes de deixá-la fluir ao próximo sistema, para que chegue em psi já fragmentada e sem tamanha intensidade. Esse amortecimento da excitação é postulado por Freud como uma primeira forma de defesa normal do aparelho neuronal.

O sistema psi recebe carga excitatória vinda do mundo externo através de phi. Suas barreiras de contato são capazes de oferecer resistência contra a passagem da excitação, sendo impermeáveis. Comentam Simanke e Caropreso (2005) que em psi “as ocupações seriam menos intensas, devido ao fato de que a estrutura ramificada de phi faria com que a corrente excitatória se distribuísse por diversos caminhos, passando a psi em diversos pontos” (Simanke & Caropreso, 2005, p. 88).

Pela característica de impermeabilidade e pelo fato de deixar variadas facilitações Freud atribui ao sistema psi a função da memória no aparelho psíquico. Suas hipóteses podem ser entendidas a partir da propriedade do tecido nervoso de “ser alterado permanentemente por processos singulares” (Simanke, 2007, p. 42). Freud (1895/1950) argumenta o seguinte no *Projeto para uma psicologia científica*:

Agora é o momento de esclarecer as suposições necessárias sobre os neurônios psi para que dêem conta das características mais gerais da memória. O argumento é o seguinte: são permanentemente modificados pelo curso excitativo. Com a inclusão da teoria das barreiras de contato: suas barreiras de contato caem em um estado permanente. Dado que a experiência psicológica mostra que há uma maior aprendizagem com base na memória, a alteração tem que consistir em que as barreiras de contato tornem-se mais capazes de condução, menos

impermeáveis, ou seja, mais similares às do sistema phi” (Freud, 1895-1950/2003, p.179).

Podemos inferir a conclusão de que os sistemas phi e psi funcionam de maneiras distintas. O primeiro busca a descarga para retornar ao estado anterior de desocupação, enquanto o segundo sofre alterações permanentes em suas barreiras de contato, fato que justifica a memória do aparelho psíquico.

Até o momento trabalhamos a relação dos sistemas phi e psi, o primeiro recebendo a excitação vinda do mundo externo e transmitindo-a ao segundo, de maneira fragmentada e diminuída. Entretanto, Freud (1895-1950) percebe que os neurônios do sistema psi também sofrem influência da excitação endógena. Escreve que “o sistema psi, segundo nosso melhor conhecimento, não tem ligação com o mundo externo e só recebe Q, de um lado, dos próprios neurônios phi, e, do outro, dos elementos celulares no interior do corpo...” (Freud, 1895-1950/2003, p.184).

Então, os neurônios psi recebem excitação de duas fontes distintas: do mundo externo, via sistema phi, e do interior do organismo. Pelo fato da incidência das cargas vindas dos neurônios phi ser diferente das provenientes do interior do organismo, Freud se vê obrigado a resolver um problema estrutural e funcional: como neurônios idênticos, pertencentes a um mesmo sistema, podem lidar com estímulos diversos? Sendo assim, divide o sistema psi em dois: “psi do manto”, que recebe excitação exógena, via sistema phi, e “psi do núcleo”, que recebe excitação vinda do interior do organismo.

Freud faz as seguintes considerações acerca da divisão do sistema psi:

... psi é ocupado por phi com Qs normalmente pequenas (...). Mas psi ainda obtém ocupação do interior do corpo, e é bem razoável decompor-se os neurônios psi em dois grupos: os neurônios do manto, ocupados por intermédio de phi, e os neurônios do núcleo, ocupados por meio das conduções endógenas (Freud, 1895-1950/2003, p. 193).

Como as intensidades das cargas que atingem psi do núcleo são pequenas, as mesmas não são capazes de ultrapassar as barreiras de contato dos neurônios facilmente. Para conseguirem ingressar em psi do núcleo precisam ir se aglomerando num processo a que Freud deu o nome de “somação”. Somente após o processo de somação é que a excitação é capaz de ocupar psi do núcleo, originando uma representação.

Caropreso (2010) comenta que “enquanto psi do manto conteria representações constituídas a partir de quantidades exógenas, psi do núcleo conteria representações constituídas a partir de fontes internas de estimulação” (Caropreso, 2010, p. 67).

Enquanto o sistema phi conta com um sistema de amortecimento da excitação, no sistema psi não há nenhuma defesa *a priori*, chegando o estímulo endógeno diretamente a psi do núcleo. Freud reconhece que a complexidade dos processos de psi é maior que a complexidade dos processos phi. A memória seria mais complexa que a percepção, assim como a consciência – sistema ômega – seria mais complexa que a memória. Simanke (2007) esclarece:

... Freud concebe distintivamente os diversos sistemas que compõem o aparelho neuronal, em que os processos phi podem ser considerados mais intensos e menos complexos que os processos psi, e estes, por sua vez – embora se trate de uma inferência menos direta, pois Freud é muito pouco explícito quanto a isso –, mais intensos e menos complexos que os processos ômega, que constituem a base material da consciência (Simanke, 2007, p. 70).

Retomando nossas considerações, destacamos que as ocupações de psi do núcleo estariam na base da constituição do ego. Sua Q armazenada é capaz de satisfazer as necessidades vitais e, para que isso aconteça, o ego direciona essa carga para os caminhos associativos capazes de propiciar a satisfação, evitando com isso o desprazer. Dessa forma, “o eu atuaria (...) ocupando os neurônios adjacentes aos ocupados a partir de phi e deslocando, assim, o curso da corrente excitatória” (Simanke & Caropreso, 2005, p. 89).

O ego tem acesso tanto às facilitações de psi do núcleo quanto às facilitações de psi do manto, sendo que suas ocupações, no funcionamento psíquico normal, estariam em estado ligado. Isso quer dizer que, nesse caso, o funcionamento do sistema psi consistiria no tipo de processo chamado processo secundário. Sobre a diferença entre os processos primário e secundário, Caropreso (2010) reafirma que:

No processo primário, o curso da excitação seguiria apenas o caminho melhor facilitado; no processo secundário, ao contrário, as associações seriam direcionadas de forma a permitir que a realidade fosse levada em consideração e, assim, a satisfação das necessidades se tornasse possível. A inibição do processo primário, que instauraria o processo secundário, seria inicialmente condicionada por uma regra biológica – a defesa primária –, segundo a qual a ocupação de representações que geram desprazer tenderia a ser evitada (Caropreso, 2010, p. 68).

A inibição do processo primário e a “substituição” pelo processo secundário ocorrem porque a excitação endógena recebida em psi do núcleo nem sempre consegue descarga satisfatória que evite o desprazer. Freud considera que a Q endógena é a “mola pulsional” de todos os processos psíquicos mais complexos por estabelecer no aparelho neuronal uma forma de funcionamento inibido, que possibilita todas as aquisições psíquicas mais complexas.

A inibição do processo primário é condicionada pela regra biológica chamada de “defesa primária”, de acordo com a qual a ocupação das representações que geram desprazer tende a ser evitada. Segundo Simanke e Caropreso (2005) “esse condicionamento ocorreria devido ao desprazer produzido nos processos psíquicos primários que decorrem do que Freud chama ‘vivência de satisfação’, vivência essa que seria estruturante do modo de funcionamento normal do aparelho” (Simanke & Caropreso, 2005, p. 90).

Freud (1895-1950) escreve o seguinte a esse respeito:

O preenchimento dos neurônios nucleares de psi terá como consequência um esforço de eliminação, uma incitação para obter alívio na direção do caminho motor. De acordo com a experiência, a trilha para a alteração interna (expressão de emoções, gritos, inervação vascular) é aquela em que inicialmente se entra. Todavia toda essa eliminação, como exposta acima, não resulta em alívio, pois a recepção do estímulo endógeno, no entanto, continua e restabelece a tensão em psi. Aqui um cancelamento de estímulo só é possível mediante uma intervenção (...) e essa intervenção exige uma alteração no mundo externo (Freud, 1895-1950/2003, pp. 195-196).

A “intervenção que exige uma alteração no mundo externo”, que Freud chama de ação específica, deriva de uma hipótese importante para a obra freudiana que é a vivência de satisfação, ponto teórico a ser explanado no próximo item do capítulo.

1.2 - A vivência de satisfação

A vivência de satisfação é definida por Laplanche e Pontalis (1983) da seguinte maneira:

Tipo de experiência originária postulada por Freud e que consiste no apaziguamento, no lactente, e graças a uma intervenção exterior, de uma tensão interna criada pela necessidade. A imagem do objeto satisfatório assume então um valor preferencial na constituição do desejo do indivíduo. Ela poderá ser reinvestida na ausência do objeto real (satisfação alucinatória do desejo) e irá guiar sempre a ulterior procura do objeto satisfatório (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p. 687).

Os autores em questão ainda comentam que a vivência de satisfação acontece devido à situação de desamparo original no ser humano, situação esta que Freud irá trabalhar pormenorizadamente no texto de 1926, *Inibição, sintoma e angústia*.

Vejamos como Freud trabalha a ideia da vivência de satisfação em 1895: quando o organismo do bebê sentir pela primeira vez algum desconforto, como a fome, por exemplo, os neurônios de psi do núcleo serão ocupados, levando o bebê a reagir de maneira reflexa com o choro ou o grito. Essas ações são consideradas “respostas reflexas” do organismo para que a excitação endógena consiga descarga. Ainda que esse comportamento reflexo não anule totalmente a excitação, o mesmo estabelece uma comunicação entre a criança e o adulto, levando este último a perceber o estado de carência do bebê. Cabe ao adulto executar uma ação específica que possibilite a efetiva descarga de Q. Essa ação específica, no caso da fome, seria ofertar o alimento. Ao receber o seio, o bebê novamente efetuará a ação motora de sugar e essa seria responsável por anular a excitação endógena e fazer desaparecer o desprazer.

Com a ação específica e a efetiva descarga da Q excedente, três momentos se encerram em psi. Vamos considerar as palavras de Freud (1895-1950) sobre isso:

... ocorrem três coisas no sistema psi: 1. Realizou-se uma eliminação duradoura, e, dessa forma, dá-se fim à incitação que produzira em ômega desprazer; 2. Origina-se no manto a ocupação de um neurônio (ou de vários) que corresponde (m) à percepção de um objeto; 3. Chegam em outros lugares do manto as mensagens de eliminação devidas ao movimento reflexo desencadeado que se segue à ação específica. Entre essas ocupações e os neurônios nucleares forma-se uma facilitação (Freud, 1895-1950/2003, p. 196).

Quando reaparecer uma excitação em psi do núcleo a carga excitatória tende a fluir pelos caminhos facilitados, reocupando as representações de objeto em psi do manto. Freud conceitua essa tendência à reocupação do objeto em psi do manto como

“desejo”, e a ocupação dessas representações em psi do manto como realização de desejo (Simanke & Caropreso, 2005).

Segundo a argumentação de Freud, o processo primário responde bem às necessidades de descarga das excitações vindas do mundo externo e que atingem o sistema phi. Mas as excitações vindas do interior do organismo não se encerram deixando Q fluir pelos caminhos mais breves, como a ação reflexa, pois o organismo continua a produzir excitação.

Numa tentativa de anular a Q endógena, o organismo lança mão de movimentos reflexos e também da alucinação, porém sem sucesso. A excitação continua a produzir desprazer e o aparelho neuronal continua a repetir tais movimentos tentando encontrar uma maneira de descarregar Q. A repetição dessas ocupações gera um desprazer que contraria o princípio de inércia. Esse desprazer gerado na busca pela descarga impõe que o processo primário seja inibido, passando o aparelho neuronal a operar pelo processo secundário, ou seja, a Q não flui mais livremente pelos caminhos facilitados. A ocupação dos neurônios passa a ocorrer de maneira inibida. Essa inibição da livre descarga, e a conseqüente ocupação de caminhos que evitem o desprazer, deriva da situação de desamparo que o aparelho neuronal vivencia nas primeiras repetições da vivência de satisfação.

Simanke (2007) mostra o percurso teórico que levou Freud a pensar a inibição do processo primário, expondo que:

Em primeiro lugar, é preciso admitir que, pelo menos a princípio, a recepção de quantidade exógena pode ser interrompida mediante a ação reflexa: em outras palavras, para o organismo confrontado com uma fonte externa de quantidade, a fuga reflexa de estímulo é, em tese, possível (...) (Simanke, 2007, p. 25).

O autor referido desenvolve suas argumentações na seguinte direção:

Já em relação aos estímulos endógenos, tal fuga é, por definição, impossível: se são as próprias carências orgânicas e os estímulos que elas produzem (...) as fontes de quantidade de que o sistema nervoso precisa se desvencilhar nesse caso, é evidente que o organismo carrega consigo para onde quer que vá. Assim, a ação reflexa é automática e não específica –, no sentido de que ela primariamente serve apenas à eliminação de quantidade e, para tanto, qualquer contração serve – e, mesmo quando a ação eficiente para promover a fuga de estímulo é selecionada entre as demais possíveis, essa função secundária assim adquirida continua sendo, de certa forma, acidental em relação à determinação inicial do movimento, isto é, um estímulo sensorial recebido (Simanke, 2007, p. 25).

Então, temos que, nas primeiras repetições da vivência de satisfação, o aparelho neuronal ainda está sob a regência do processo primário, ou seja, há uma busca por trilhar os caminhos mais rápidos e facilitados, havendo uma ocupação maciça da representação. Como o objeto da representação encontra-se no mundo externo, o bebê tende a aluciná-lo por causa da intensidade da ocupação. Associada a isso, a imagem reflexa de sugar por causa da reocupação de psi do núcleo leva o bebê a novamente executá-la, no entanto, agora ele suga no vazio.

Freud (1895-1950) coloca grande importância na vivência de satisfação. O criador da Psicanálise argumenta:

O organismo humano é no início incapaz de levar a cabo a ação específica. Ela efetua-se por ajuda externa, na medida em que, por meio da eliminação pelo caminho da alteração interna, um indivíduo experiente atenta para o estado da criança. Esta trilha de eliminação passa a ser assim, a função secundária da mais alta importância de comunicação, e o desamparo inicial do ser humano é a fonte originária de todos motivos morais (Freud, 1895-1950/2003, p. 196).

Todo esse movimento de tentativa de anular a Q endógena sem sucesso acaba por aumentar o desconforto. Por uma questão de sobrevivência, o indivíduo precisa aprender a diferenciar uma rememoração de uma percepção e por isso a inibição se torna necessária, levando o aparelho neuronal a substituir processo primário por processo secundário.

No processo secundário, o curso excitativo não segue o caminho melhor facilitado, a ocupação se dá de maneira menos intensa, ocorrendo não mais uma alucinação, mas tão somente uma rememoração. Essa ocupação menos intensa faz o bebê aprender a esperar a presença do objeto real para então executar a ação motora de sugar, como no exemplo que estamos tratando. Pelo processo secundário, parte da excitação que flui livre permanece ligada e armazenada em psi do núcleo, favorecendo a defesa primária a interferir nos processos associativos.

Caropreso (2010) comenta a passagem do processo primário ao secundário, afirmando que:

A inibição do processo primário (...) seria inicialmente uma consequência da primeira regra biológica – a defesa primária. (...) O condicionamento biológico representado pela defesa primária faria com que o eu, primeiro, não mais ocupasse as representações de movimento constituídas quando da vivência de satisfação e, depois, faria com que ele não mais ocupasse a representação de objeto de desejo tão intensamente a ponto de que esta não mais se distinguisse de uma percepção (Caropreso, 2010, p. 70).

Essa inibição do processo primário que ocorre a partir da vivência de satisfação é o que de fato faz a passagem na teoria do Princípio da inércia para a tendência à constância, visto que é a partir dela que passaria a existir um nível de excitação armazenada no aparelho psíquico, a qual seria usada pelo eu no direcionamento do curso associativo.

Se numa primeira vivência de satisfação é uma urgência de vida que impulsiona todas as respostas reflexas, nas seguidas repetições já está presente também o aspecto psíquico do desejo. Segundo Caropreso (2010), “essa vivência desempenharia um papel estruturante fundamental para o modo de funcionamento normal do psiquismo” (Caropreso, 2010, p.68).

Mas outro tipo de vivência seria também fundamental no funcionamento psíquico e estaria na base dos processos patológicos: a vivência de dor.

1.3 - A Vivência de dor

A dor foi tema do referido ensaio freudiano especificamente nos capítulos 6 e 12 da primeira parte e também na terceira parte, quando Freud discute a questão do trabalho de ligação da energia livre. Nos escritos posteriores a 1895, o papel desempenhado pela vivência de dor parece perder importância, sendo enfatizada a vivência de satisfação e suas consequências. Em 1920, em *Além do princípio do prazer*, o tema volta a ser alvo da atenção de Freud e ganha lugar de destaque em 1926, em *Inibição, sintoma e angústia*.

A dor é definida por Freud (1895-1950) como a “irrupção de grandes Qs na direção de psi (...). A dor é, por conseguinte, caracterizada como irrupção de Qs enormes em phi e psi, ou seja, de Qs de uma grandeza ainda maior que os estímulos phi” (Freud, 1895-1950/2003, p. 186).

Os estímulos exógenos, como a dor, são caracteristicamente abruptos e descontínuos, não havendo possibilidade de controlá-los, isto é, o organismo não pode prevêê-los ou não pode se preparar para eles. Nesse sentido seguem as primeiras argumentações de Freud (1895-1950) sobre o despreparo dos sistemas neuronais para lidar com a dor:

Descobrimos que o sistema nervoso é disposto de modo que as grandes Qs externas estão afastadas de phi e mais ainda de psi:

servem a este objetivo as proteções das terminações nervosas e a ligação somente indireta de psi com o mundo externo. Existe algum fenômeno que se possa relacionar com a falha desses dispositivos? Creio que seja a dor (Freud,1895-1950/2003, p.185).

Considerando as colocações de Freud comentadas por Simanke (2007) temos a ressaltar a que se segue:

... a dor não encontra ‘nenhum impedimento de condução’, ela é o ‘mais imperioso de todos os processos’, os ‘neurônios psi parecem assim permeáveis a ela’: todas essas expressões referem-se à mesma ideia, a saber, que a dor – implicando, por definição, a ação de quantidades muito intensas – deixa atrás de si amplas e excelentes facilitações... (Simanke, 2007, p. 76).

Assim, ao receber o estímulo doloroso vindo do mundo externo o sistema phi conduz esse estímulo a psi do manto sem qualquer fragmentação, ocasionando a “dissolução” da impermeabilidade das barreiras de contato desse último sistema. Em consequência e em virtude novamente da magnitude da dor, esta última ocupa os neurônios nucleares de psi sem precisar de somação.

Freud diz que a dor “deixa atrás de si facilitações permanentes em psi” (Freud,1895-1950/2003, p. 186), cancelando as barreiras de contato neste sistema e abrindo caminhos preferenciais para Q fluir tal qual em phi, ou seja, a Q flui sem resistência em psi. A dor causa uma espécie de regressão na hipótese da diferenciação dos sistemas neurológicos, igualando phi e psi quanto à permeabilidade.

A dor possibilita três momentos: primeiro, um aumento abrupto do nível de excitação em psi, sentido como desprazer em ômega; segundo, incita no organismo uma tendência a rapidamente eliminar o excesso de quantidade, agindo consoante a função primária; terceiro, abre uma facilitação entre o caminho de eliminação e a representação do objeto hostil. O sistema ômega é responsável pela produção das qualidades sensoriais e pela produção das sensações de prazer e desprazer, mas quem “percebe” é o ego.

A associação entre a “imagem recordativa do objeto hostil” e os caminhos de eliminação guarda a característica de sempre conduzir ao desprazer, levando Freud a admitir que haja uma inclinação no sistema nervoso para a fuga desse tipo de estímulo. É como se a dor estivesse na base de um comportamento de repulsa (Queiroz, 2005).

Freud (1895-1950) diz o seguinte sobre a rememoração da vivência de dor:

Se a imagem recordativa do objeto (hostil) for de alguma forma ocupada de novo, por exemplo, por uma nova percepção, produz-se um estado que não é doloroso, mas que, todavia, é similar a ele. Contém *desprazer* e a inclinação para eliminação, correspondendo à vivência dolorosa (Freud, 1895-1950/2003, p. 198).

Então, quando há uma reocupação da representação do objeto hostil, seja por outra percepção ou por alguma via associativa, o aparelho neuronal se empenha em rapidamente desocupar essa representação liberando uma quantidade no aparelho neuronal.

A liberação dessa quantidade no aparelho neuronal com o objetivo de bloquear o estímulo doloroso deixa o aparelho neuronal com um excesso de Q livre, sendo percebido como desprazeroso no sentido econômico. O afeto surge quando da rememoração da vivência dolorosa, sendo consequência da Q excessiva por causa da ocupação da representação do objeto hostil e da quantidade liberada pelo aparelho neuronal para desinvestir tal representação. Gabbi Jr. (2003) faz algumas considerações metapsicológicas sobre o afeto:

O termo afeto é usado (...) para denotar uma recordação, uma reprodução de uma vivência dolorosa. Mais tarde, Freud amplia o sentido do termo, usando-o para referir-se a qualquer irrupção quantitativa e, portanto, incluindo também a reprodução das vivências de satisfação (Gabbi Jr., 2003, p. 58).

O afeto dá à dor a característica qualitativa de desprazer. Segundo o comentador Azoubel Neto (2006) “ele (o afeto) passou a ser produzido a partir de uma sensação física de dor que deixou uma imagem mnêmica de dor, capaz de ser reinvestida” (Azoubel Neto, 2006, p. 34). O autor propõe uma distinção entre “dor” e “vivência de dor”, dizendo ser o primeiro uma irrupção de Q vinda do mundo externo e a segunda uma lembrança sem que haja estímulo do mundo externo, somente o investimento da imagem mnêmica (Azoubel Neto, 2006).

Então, quando há uma rememoração devido a uma reocupação da representação do objeto hostil, não é a dor que novamente é sentida, mas o desprazer proveniente da produção de afeto.

Podemos perceber que a dor obriga o aparelho neuronal a funcionar segundo as regras da função primária e do princípio da inércia, tendendo à eliminação pelos caminhos mais facilitados. Essa facilitação deixada pela dor é tão intensa que os caminhos associativos ficam prejudicados, obrigando a Q a fluir quase que obrigatoriamente pelos caminhos facilitados que acabam conduzindo ao desprazer.

Caropreso (2010) faz um paralelo entre a vivência de satisfação e a vivência de dor, comentando o seguinte:

Assim como na vivência de satisfação teria como consequência o surgimento do ‘estado de desejo’, o qual inicialmente conduziria à alucinação e a uma descarga motora ineficiente para a eliminação da tensão, a vivência de dor teria como consequência o surgimento do afeto e da defesa primária excessiva. Esse tipo de funcionamento, no qual toda a excitação seguiria automaticamente pela via mais bem facilitada, tendo como consequência alucinação e desamparo, num caso, ou afeto e defesa primária, no outro, é o que Freud chama no *Projeto...* de ‘processo primário’ (Caropreso, 2010, p. 182).

Se na vivência de satisfação temos uma inibição do processo primário com a retenção de uma Q em estado ligado para que os caminhos mais facilitados não causem desprazer, na vivência dolorosa essa inibição não parece ser tão simples, até porque as facilitações causadas pela dor são maiores que as que decorrem da vivência de satisfação.

A inibição do processo primário relacionado à dor demanda do aparelho neuronal um trabalho contínuo e repetitivo. É somente após várias ocupações repetidas da representação que a ligação da excitação acontece e a recordação pode ser evitada. Depois de consumada a ligação, o afeto deixa de ser intensamente produzido e passa a agir como um “sinal” de que certos caminhos conduzem ao desprazer e que, portanto, devem ser evitados.

O ego desempenha um papel fundamental tanto na inibição do processo primário na vivência de satisfação quanto na inibição pela repetição na vivência dolorosa. Acerca do ego Gabbi Jr. (2003) esclarece que:

A ideia libertadora de quantidades é reforçada porque, mediante sua repetição, torna-se cada vez mais facilitada. O eu, por meio de ocupações laterais, opõe-se à repetição automática de vivências de satisfação e dolorosa, seja impedindo que se percorram os caminhos de eliminação de forma automática, seja evitando que sejam reativados por novas percepções (Gabbi Jr., 2003, p.127).

Entretanto, cabe-nos perguntar por que a primeira regra biológica impulsionaria a inibição da função primária da vivência de satisfação e na vivência de dor ela não se imponha com tal vigor, condicionando a inibição da ocupação da representação do objeto hostil. Freud responde por meio das consequências do processo do pensar.

Caropreso (2010) comenta que, na terceira parte do *Projeto para uma psicologia científica*, Freud reconhece que “o pensamento, entre outras coisas, pode conduzir ao desprazer, devido à ocupação de representações que pertencem à vivência de dor”

(Caropreso, 2010, p. 184). O pensar deveria, segundo as hipóteses de Freud até o momento, levar à realização de desejo e não à produção de desprazer, fato que ocorre no caso da rememoração da dor. Mas devido à grande facilitação que a dor deixa parece impossível que sua repetição inicialmente não conduza ao desprazer. Freud (1895-1950) expõe o seguinte:

Se uma recordação, mediante sua ocupação, desenvolve desprazer, ela tem sua razão mais geral no fato de a percepção correspondente ter desenvolvido desprazer na sua época, isto é, ter pertencido a uma vivência dolorosa (...). Caso o curso do pensar depare-se com uma imagem recordativa assim, ainda indomada, originam-se seus signos de qualitativos, frequentemente de tipo sensorio, sensação de desprazer e inclinações para eliminação, cuja combinação caracteriza um determinado afeto, e o curso do pensar é interrompido (Freud, 1895-1950/2003, p. 253).

Ou seja, a rememoração continua a produzir afeto mesmo que não haja sensação vinda do mundo externo. A inibição dessa produção de afeto que gera desprazer é que segue um caminho longo e repetitivo. Novamente citando Freud (1895-1950), ele comenta que “sem dúvida algo tem de passar-se no tempo, nas repetições encarregadas dessa sujeição, e isto não pode ser senão uma referência ao eu ou ao poder que suas ocupações obtenham sobre a recordação” (Freud, 1895-1950/2003, p. 253).

Sobre essas recordações capazes de afeto denominadas “indomadas” Freud (1895-1950) diz o seguinte:

Mas que acontece com as recordações capazes de afeto até que sejam domadas? Não cabe ver aí o que o ‘tempo’, a repetição, enfraqueça sua capacidade efetiva, pois este momento contribui de costume justamente para reforçar uma associação. Sem dúvida algo tem que passar-se no tempo, nas repetições encarregadas dessa sujeição, e isto não pode ser senão uma referência ao eu ou ao

poder que suas ocupações obtenham sobre a recordação” (Freud, 1895-1950/2003, p.253).

E ainda sobre a ligação necessária para domar a ocupação deixada pela dor o autor do *Projeto para uma psicologia científica* complementa:

Como traços de vivências dolorosas, elas (segundo nossa suposição sobre a dor) foram ocupados por Qs copiosamente grandes e adquiriram uma facilitação igualmente forte para liberação de desprazer e de afeto. É preciso uma ligação especialmente grande e repetida, desde o eu, antes que seja equilibrada a facilitação para o desprazer (Freud, 1895-1950/2003, p. 254).

Se, por um lado, a vivência de satisfação traz como consequência da sua inibição o modo de funcionamento secundário e o desenvolvimento de processos psíquicos mais complexos, por outro, a vivência de dor incita o aparelho a trabalhar num movimento de repetição e busca por não ocupação de caminhos fortemente facilitados e pela ligação da energia que flui livre.

Diz-se, então, que a dor física é o marco para que se entenda a dor psíquica e o funcionamento do aparelho psíquico segundo uma defesa psíquica patológica, que fica a repetir sensações de desprazer até que o afeto seja domado e o desprazer seja sentido somente como um sinal.

Podemos tranquilamente admitir que Freud já esboça nesse momento da obra, em 1895, um conceito metapsicológico que somente em 1920, no texto *Além do princípio do prazer*, será melhor explorado: a ideia de um funcionamento primário repetitivo que possui a função de ligação da excitação, o qual será depois denominado compulsão à repetição. Passamos agora à análise do texto de 1920.

CAPÍTULO 2 - A retomada da vivência de dor em *Além do princípio do prazer*, de 1920.

Data de março de 1919 o primeiro rascunho de *Além do princípio do prazer*, embora sua publicação tenha-se dado no fim do ano de 1920. Consta nos comentários dos editores da edição inglesa que no artigo *O sinistro*, publicado no outono de 1919, há um parágrafo dedicado a apresentar a noção de compulsão à repetição. Segundo Laplanche e Pontalis (1967/1983), *Além do princípio do prazer* é “o ensaio em que Freud repõe em questão os conceitos mais fundamentais da sua teoria” (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p.126).

Há uma grande discussão no meio acadêmico sobre o texto de 1920. Muitos acreditam que o *Além do princípio do prazer* revoluciona as hipóteses freudianas acerca das pulsões, sendo considerado um texto de *tournant* em sua obra.

Defensores desse ponto de vista geralmente desconsideram os textos iniciais de Freud, principalmente o *Projeto para uma psicologia científica* (1895). Entretanto, é inegável o esforço de Freud em buscar amparo às suas especulações na biologia. Em alguns momentos, sua insistência em encontrar uma gênese biológica para as suas argumentações parece claramente forçosa, como no exemplo do anseio de retorno ao estado inicial da pulsão de vida.

Essas divergências tomam o cenário dos estudiosos de Freud de tal maneira que Kimmerle (2000) inicia seu livro dedicado à análise do texto de 1920 dizendo que “*Para além do Princípio do Prazer*, a reviravolta perturbadora de Freud em relação aos seus pontos de vistas iniciais, continua sendo algo escandaloso. Foi recebida, em muitos círculos psicanalíticos, como especulação indefensável” (Kimmerle, 2000, p. 27).

Todavia, não é nosso objetivo nesse trabalho discutir a natureza das formulações metapsicológicas de Freud e a validade do segundo dualismo pulsional, visto que uma das dificuldades do texto *Além do princípio do prazer* é o fato de nele haver diversas contradições, algumas trabalhadas posteriormente em outros textos, outras nunca mais abordadas.

Com relação ao tema da dor e do trauma, muitos conceitos apresentados neste texto de 1920 parecem ser sistematizações de ideias previamente apresentadas por

Freud em outros momentos. Sobre essa questão, Caropreso (2010) comenta que “em 1920, Freud parece resgatar hipóteses antigas, que haviam sido deixadas de lado na primeira tópica, assim como explicitar hipóteses que permaneceram implícitas em toda teoria, como é o caso da pulsão de morte...” (Caropreso, 2010, p.181).

A análise do texto de 1920 aponta para a existência de uma relação muito íntima entre este e o *Projeto para uma psicologia científica* (1895-1950), especialmente com relação às questões econômicas do aparelho psíquico. Certamente, não podemos admitir que as teorizações sejam as mesmas em 1895 e 1920, cada conceito ganha sistematização a partir das hipóteses que estão sendo formuladas à sua época.

Além do princípio do prazer é reconhecido principalmente por propor o segundo dualismo pulsional. Freud conclui que a primeira teoria pulsional não é mais satisfatória para explicar uma série de fenômenos clínicos, tais como, por exemplo, a questão de no desenvolvimento do narcisismo a pulsão sexual tomar como objeto o próprio ego.

Plastino (2001) argumenta que a conhecida virada dos anos 20 se dá em “três pares de opostos: princípio de prazer/princípio de realidade; processo primário/processo secundário e pulsão de morte/pulsão de vida” (Plastino, 2001, p. 107). Segundo o comentador, a argumentação da compulsão à repetição conduz à evolução na sistematização desses pares.

O texto de 1920 é especialmente importante para a análise dos conceitos “dor” e “trauma”. Em 1900, no capítulo sete de *Interpretação dos sonhos*, Freud coloca o desejo, fruto da experiência de satisfação, como estruturante do aparelho psíquico. Ao revisar o dualismo pulsional e sistematizar a compulsão à repetição, Freud reposiciona a vivência dor no lugar de origem dos processos psíquicos, mas agora sob a denominação de trauma.

Caropreso (2009) aponta com clareza essa mudança na hipótese freudiana sobre o papel do desejo e da dor (trauma) na estruturação do aparelho psíquico. A autora afirma:

Durante um longo período de sua obra, a reação do aparelho psíquico a experiências dolorosas reais não será tematizada, e o

papel da vivência de satisfação, no desenvolvimento dos processos psíquicos, permanecerá em primeiro plano na teoria. Contudo, a partir de 1920, Freud retoma a questão do efeito do trauma na constituição dos processos psíquicos” (Caropreso, 2009, p. 574).

As argumentações de que a dor obriga o aparelho neuronal a efetuar repetidas tentativas de ligação, expostas por Freud na terceira parte do *Projeto para uma psicologia científica*, servem de base, em 1920, para as especulações acerca da compulsão à repetição. Mesmo Freud não sendo explícito em nas retomadas a esse tema, é inegável que a tendência do aparelho em repetir muito se aproxima das ideias de 1895. Entretanto, em *Além do princípio do prazer* a compulsão à repetição passa a ser pensada como a essência da pulsão.

Neste capítulo, procederemos a uma inversão da sequência de argumentos do texto de 1920, colocando a análise da sistematização das hipóteses freudianas da pulsão de morte e do novo dualismo pulsional num primeiro momento. Depois, abordaremos o conceito de “compulsão à repetição” e sua relação com o *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, considerando as aproximações conceituais entre os dois textos e a ligação das mesmas com a dor e o trauma para, em seguida, analisarmos, numa terceira parte, as consequências da compulsão à repetição para a noção do trauma.

2.1 - O novo dualismo pulsional

A teoria das pulsões, principalmente o primeiro dualismo pulsional, é fruto da necessidade de Freud explicar o desenvolvimento da sexualidade infantil. Com efeito, nos *Três ensaios sobre uma teoria da sexualidade* (1905), Sigmund Freud dedica-se à elaboração da teoria sobre a sexualidade infantil, a partir da qual define o conceito de pulsão.

Até 1920 as pulsões eram divididas em duas classes que estariam em oposição entre si: a pulsão de autoconservação e a pulsão sexual. Enquanto a primeira trabalharia no sentido da autopreservação, a segunda trabalharia no sentido da preservação da espécie. A pulsão é definida, inicialmente, como o representante psíquico de estímulos somáticos. Essa definição aparece em 1905 e é retomada em 1915, nos artigos

metapsicológicos. No entanto, nestes mesmos artigos, Freud também define a pulsão como o estímulo somático que se faz representar no psíquico (Caropreso, 2010). Independentemente dessa diversidade de definições, fica claro que a pulsão é pensada, nessa etapa da teoria, como um conceito fronteiro entre o somático e o psíquico.

Em *Além do princípio do prazer*, a pulsão é definida como um esforço inerente de todo orgânico vivo de retornar a um estado anterior. Segundo Freud (1920), temos que:

Uma pulsão seria, portanto, uma força impelente interna ao organismo vivo que visa restabelecer um estado anterior que o ser vivo precisou abandonar devido à influência de forças perturbadoras externas. Trata-se, portanto, de uma espécie de elasticidade orgânica, ou, se preferirmos, da manifestação da inércia da vida orgânica (Freud, 1920/2006, p. 160).

O próprio Freud aponta para a estranheza dessa nova maneira de ver a pulsão, pois até então se pensava que ela seria a propulsora de toda a modificação e desenvolvimento do psiquismo e agora temos a pulsão como impulso conservador, sendo atribuída aos estímulos externos a responsabilidade pelo desenvolvimento psíquico. Contudo, essa tendência a retornar ao estado anterior também denuncia outra possibilidade mais ampla: uma tendência ao retorno do estado anterior à vida, ao estado inorgânico. Freud (1920) propõe o seguinte sobre o objetivo final dessa tendência:

Esse objetivo deve ser muito mais o de alcançar um estado antigo, um estado inicial, o qual algum dia o ser vivo deixou para trás e ao qual deseja retornar mesmo tendo de passar por todos desvios tortuosos do desenvolvimento. Se pudermos admitir como um fato sem exceção que todo ser vivo morre, ou seja, retorna ao estado inorgânico devido a razões internas, então podemos dizer que: o

objetivo de toda vida é a morte, e remontando ao passado: o inanimado já existia antes do vivo (Freud, 1920/2006, p.161).

Assim, Freud chega ao conceito de pulsão de morte. Haveria um impulso inerente ao orgânico vivo de retornar ao estado de ausência de vida, de ausência de estimulação. Nesse sentido, também a meta primária de todo o movimento psíquico seria eliminar estímulos e por isso a pulsão de morte estaria, em última instância, por trás de todo o funcionamento do aparelho psíquico.

Notamos que a tendência da pulsão de morte tem íntima relação com a compulsão à repetição. Comenta Mouammar (2013) que “se a compulsão à repetição foi a que conduziu às pulsões de morte, é lícito afirmarmos que o regime de repetição é condizente com a pulsão de morte e presente nos processos e representantes onde ela aparece” (Mouammar, 2013, p. 76). Na verdade, a compulsão à repetição é a essência da pulsão e, no caso da pulsão de morte, a repetição visaria, em última instância, à retomada do estado de ausência de vida.

As questões que se colocam são: como a vida pode se manter tendo contra si uma tendência à morte? Como o organismo se sustenta, se a todo momento há uma busca por eliminação e retorno ao estado anterior inanimado? Tem de haver algo que se oponha à pulsão de morte e que mantenha a vida. Freud propõe, então, a existência de uma outra classe de pulsões: as pulsões de vida, que trabalhariam no sentido da conservação da vida. As pulsões sexuais e as pulsões de autoconservação seriam as principais representantes dessa classe de pulsões. Embora inicialmente Freud argumente que as pulsões de autoconservação são pulsões de morte, em um segundo momento, passa a considerá-las como pulsões de vida, sugerindo que a agressividade seja expressão da pulsão de morte. Dessa maneira, a hipótese freudiana do segundo dualismo pulsional supõe a existência de duas classes de pulsões opostas: as de vida e as de morte.

Freud argumenta que há uma tendência originária no aparelho psíquico, a qual é chamada de Princípio do Nirvana. Tal princípio anseia por “reduzir, manter constante e suspender a tensão interna provocada por estímulos” (Freud, 1920/2006, p. 176), estando justificado especialmente pela pulsão de morte que, como vimos, comporta um

movimento psíquico originário de compulsão a repetir o estado imediatamente anterior à excitação.

Mouammar (2013) faz as seguintes considerações sobre a dificuldade em se admitir teoricamente a pulsão de morte:

Provavelmente, uma das maiores dificuldades com o conceito de pulsão de morte é que ele é algo obscuro para a própria Biologia, dificultando a tarefa da Psicanálise, que procura também elucidá-lo através da clínica psicanalítica e da metapsicologia. Freud conseguiu pelo menos nos deixar o que vou chamar de ‘pistas’, como a relação da pulsão de morte com o princípio do Nirvana e a compulsão à repetição como seu regime, aparecendo com força nos tratamentos clínicos (como a repetição na transferência e a neurose de destino), aparecendo como o que não consegue se ligar, o que não consegue ser laçado, controlado e que irrompe como demoníaco (Mouammar, 2013, p. 79).

Nas considerações de Freud externadas no texto *O ego e o id*, de 1923, temos o seguinte resgate das teorizações de 1920:

Tínhamos também formulado – a partir de raciocínios teóricos fundamentais na biologia – a hipótese de haver uma pulsão de morte, que teria como missão conduzir a vida orgânica de volta ao estado inanimado. Contrapondo-se à pulsão de morte, a pulsão de vida, Eros, teria como meta amalgamar cada vez mais partículas fragmentadas da substância viva, dando à vida uma forma mais complexa e, assim, preservando-a (Freud, 1923/2007, p.49).

Além disso, Freud complementa o assunto, ainda no mesmo texto de 1923, admitindo que as duas pulsões coexistem. Admite ele “... então, que a vida consiste ao mesmo tempo em uma luta e um acordo de compromisso entre essas duas pulsões opostas” (Freud, 1923/2007, p. 50).

Temos, então, que o princípio do Nirvana é primário, repetitivo e funciona a serviço da pulsão de morte. Apesar de esses argumentos nos levarem a pensar que a pulsão de morte é anterior e originária no funcionamento psíquico, Freud é enfático em defender que pulsão de vida e pulsão de morte são igualmente primárias. Entretanto, ele não esclarece em que sentido a pulsão de vida seria primária.

Como grande parte dos textos freudianos refletem estados observados na clínica, também as pulsões derivam dessas observações. No entanto, Freud alerta que os efeitos da pulsão de vida são facilmente identificáveis, mas a pulsão de morte é de difícil identificação e raramente se observa seus efeitos, sendo possível constata-la quando em oposição com a pulsão de vida.

Uma questão suscitada neste texto de 1920 é a hipótese de que a compulsão à repetição nem sempre faz retornar a um estado anterior prazeroso, mas também repete conteúdos que em nenhum momento foram prazerosos ou causaram satisfação. Freud observa que tanto neuróticos quanto pessoas normais apresentam essa tendência a repetir situações que não causam prazer, ratificando mais uma vez que há uma tendência originária anterior ao princípio do prazer, ou para além dele. Passemos à temática em torno da hipótese da compulsão à repetição.

2.2 - A compulsão à repetição

O caminho da hipótese da compulsão à repetição parece começar a ser trilhado em 1895, no texto *Projeto para uma psicologia científica*, nas especulações sobre as consequências da vivência de dor no aparelho neuronal. Entretanto, Freud não leva adiante esse tema e, em 1900, no capítulo sete de *A Interpretação dos sonhos*, não mais admite a ideia de que processos primários produzam afeto e levem ao desprazer, propondo o princípio do prazer como fundamental no aparelho psíquico. Nesse momento, o autor de *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911), defende que o processo primário seria desde o início capaz de evitar caminhos que conduzem ao desprazer (Caropreso 2010).

No *Projeto para uma psicologia científica*, Freud sustenta que o princípio da inércia, enquanto princípio originário da atividade neuronal, busca descarga completa da

quantidade de excitação, funcionando de maneira aliada ao processo primário. Segundo este processo, a quantidade busca caminhos mais bem facilitados para obter descarga, seja ele gerador de prazer ou de desprazer.

Entretanto, o princípio da inércia não responde satisfatoriamente à descarga dos estímulos endógenos, levando Freud a postular um segundo funcionamento neuronal: a tendência à constância, cuja quantidade de excitação se manteria num nível mais baixo possível. Com isso, as necessidades endógenas podem ser satisfeitas e a tensão do aparelho neuronal reduzida. Nestas explicações, Freud admite que o prazer corresponde à redução da quantidade de excitação e o desprazer ao aumento desta quantidade. Em 1920, pontua o seguinte sobre essa relação:

Em psicanálise, relacionamos prazer e desprazer com a quantidade de excitação presente na vida psíquica – quantidade que de alguma maneira não está presa – de modo que nessa relação o desprazer corresponderia a um aumento, e o prazer, a uma diminuição dessa quantidade (Freud, 1920/2006, p. 135-136).

Figueiredo (1999) comenta que a leitura minuciosa das teses freudianas de 1920 complementam os argumentos sobre a série prazer/desprazer de 1895. Segundo este autor, prazer, na verdade, é a diminuição da energia livre no aparelho e desprazer seria o aumento dessa energia livre, não importando a quantidade absoluta de energia existente antes do movimento de aumento ou diminuição. Ou seja, não importa se é princípio de inércia ou tendência à constância, o que faz a consciência perceber a qualidade de prazer ou desprazer é a variação em um período, como um “ritmo” (Figueiredo, 1999, p. 53).

Freud desenvolve seu pensamento, afirmando haver no aparelho neuronal uma tendência a evitar o desprazer. Essa ideia é confirmada nos escritos de 1900, quando o princípio do desprazer é formalmente instituído na obra. É considerado também a partir de 1900 que o princípio do prazer, ou do desprazer, é o funcionamento originário do aparelho psíquico. Neste sentido, todos os processos existentes no aparelho psíquico são originariamente promotores de prazer, não havendo possibilidade em se pensar num

mecanismo primário gerador de desprazer. Entre 1900 e 1920, somente a vivência de satisfação é considerada como estruturante do aparelho psíquico.

Em 1920, depois de ter publicado em 1919 alguns esboços da ideia de compulsão à repetição no texto *O Sinistro*, Freud passa a se questionar sobre a soberania e o caráter originário do princípio do prazer. Parece retomar algumas formulações da terceira parte do *Projeto para uma psicologia científica*, as quais apontam para um movimento de inibição do desprazer, efetuado através de repetições e que são anteriores ao prazer. Acerca das primeiras especulações sobre a possibilidade de algum processo psíquico não conduzir ao prazer, Freud (1920) afirma que:

... seria incorreto falar de um domínio do princípio do prazer sobre o curso dos processos psíquicos. Se esse domínio existisse, a imensa maioria dos nossos processos psíquicos deveria ser acompanhada de prazer, ou conduzir-nos ao prazer (...). Portanto, somos obrigados a admitir que existe na psique uma forte tendência ao princípio do prazer, mas que certas outras forças ou circunstâncias se opõem a essa tendência, de modo que o resultado final nem sempre poderá corresponder à tendência do prazer (Freud, 1920/2006, p. 137).

Freud começa a pensar que o desprazer pode ser originário, e não o prazer.

Figueiredo (1999) esboça um comentário esclarecedor sobre as especulações iniciais de Freud sobre o princípio do prazer e o desprazer. Assim, conforme o autor:

Em primeiro lugar, Freud propõe uma distinção entre a dominância do princípio do prazer e o que seria uma forte tendência operando na mente na direção deste princípio. Na verdade, seria mais simples dizer que há uma tendência ao prazer, mas que esta tendência só pode operar porque há forças e condições que produzem desprazer (Figueiredo, 1999, p. 58).

Ou seja, segundo Figueiredo, o desprazer teria que ser anterior ao prazer, pois que somente haveria prazer – diminuição da excitação – porque houve inicialmente um desprazer – aumento de excitação.

Para tentar justificar esses pensamentos sobre algo mais originário que o princípio do prazer, Freud analisa quatro situações clínicas que observou repetirem experiências desprazerosas: os sonhos das neuroses traumáticas; o jogo do *fort-da*; a transferência; a compulsão de destino.

Nas neuroses traumáticas o paciente revive em sonho a cena e a situação traumática geradora de desprazer. Essa vivência fere o princípio do prazer e a função original do sonho de ser uma realização de desejo. Na verdade, os sonhos traumáticos e os sonhos da neurose de guerra são geradores de desprazer e não de prazer, e não apontam em nada para uma realização de desejo. Segundo Freud (1920), esses sonhos “nos mostram uma função do aparelho psíquico que, sem estar em contradição com o princípio do prazer, ocorre de modo independente deste e provavelmente é anterior ao propósito de obter prazer e evitar o desprazer” (Freud, 1920/2006, p. 156).

Os jogos infantis, especialmente o *fort-da*, foram vistos por Freud como uma repetição da experiência desagradável da criança estar sem a mãe. Também a repetição da brincadeira que é geradora de desprazer não pode estar a serviço do princípio do prazer, principalmente quando o carretel é arremessado para longe da vista da criança. Mas há nesse exemplo um problema para Freud: o movimento de retorno do carretel pode gerar prazer, o que dificulta escolher esse exemplo para uma análise pura de algo para além do princípio do prazer.

A partir desses dois primeiros exemplos, Freud não consegue chegar a uma conclusão que justifique o porquê do aparelho psíquico repetir situações geradoras de desprazer. São as duas próximas análises que parecem confirmar que um funcionamento anterior ao princípio do prazer se justifique.

Como terceiro exemplo, então, está a transferência. Nela, o paciente neurótico repete na situação analítica experiências afetivas inconscientes geradoras de desprazer. Argumenta Freud que a repressão do conteúdo inconsciente estaria sob a regência do

princípio do prazer, mas o fenômeno da transferência não poderia ser explicado por esse funcionamento, pois essa repetição na transferência é sempre geradora de desprazer, não apontando em nenhum momento para um princípio do prazer.

O quarto e último evento analisado para justificar a hipótese de algo anterior e fora do registro do princípio do prazer é a compulsão de destino. Esta seria uma compulsão a repetir situações na vida cotidiana que já foram experienciadas como causadoras de desprazer. Acredita Freud que não seja meramente um destino, mas que esse tipo de repetição seja ordenada pelo funcionamento inconsciente.

Seguindo a lógica das argumentações freudianas, é preciso admitir não só que haja algum fundamento psíquico nessa repetição, seja ela causadora, ou não, de desprazer, mas também que esse fundamento parece estar na contramão do princípio do prazer que até então é pensado como o princípio originário do psiquismo. Afirma Freud (1920) que “estamos justamente em busca da ação de tendências que estariam além do princípio do prazer, isto é, tendências que seriam mais arcaicas e que atuariam de forma independente do princípio do prazer” (Freud, 1920/2006, p. 143).

Isto porque se o princípio do prazer for o imperativo do funcionamento econômico, “a maioria de nossos processos psíquicos deveria ser acompanhada de prazer ou conduzir-nos ao prazer” (Freud, 1920, p. 137). Todavia, se há uma repetição acontecendo em situações de diferentes naturezas, é preciso questionar quais seriam as forças que atuam e são capazes de impedir ou alterar o curso do funcionamento do princípio do prazer.

Especulando, Freud toma as pulsões de autoconservação do ego como uma possibilidade de resposta à inibição desse funcionamento. Ao inibir o princípio do prazer e substituir o funcionamento pelo princípio da realidade, a satisfação imediata fica postergada, gerando desprazer no aparelho psíquico. Entretanto, a busca pela satisfação e prazer não deixa de existir, mesmo que demore a acontecer ou aconteça parcialmente. Ou seja, essa explicação não contempla o cerne da questão.

Outro fator que poderia justificar a inibição do princípio do prazer e ser responsável pela sensação de desprazer seria herança dos conflitos inerentes ao processo

de desenvolvimento do ego. Nesse desenvolvimento, ocorre que as pulsões que não podem encontrar satisfação por serem intoleráveis ao ego são recalçadas e procuram satisfações substitutivas, as quais não correspondem ao prazer que a vida psíquica espera, como as pulsões sexuais na infância. Mas também esse funcionamento parece não ferir o princípio do prazer.

Ainda outra possibilidade explorada é a evolução do modo de funcionamento do princípio do prazer ao da realidade e suas consequências como geradoras de desprazer. Freud (1920) argumenta o seguinte:

Contudo, a substituição do princípio do prazer pelo princípio da realidade não é responsável por todas as experiências de desprazer; ao contrário, ela é responsável tão-somente por uma pequena parte dessas vivências e nem mesmo pelas mais intensas. Não devemos nos esquecer de que há uma segunda fonte de liberação de desprazer que também ocorre com frequência: origina-se dos conflitos e clivagens próprias ao processo de desenvolvimento do Eu em direção a organizações psíquicas mais complexas (Freud, 1920/2006, pp. 137-138).

Como uma última tentativa argumentativa sobre o desprazer, Freud (1920) introduz uma noção relacionada com a percepção da excitação. Desse modo, expõe que:

Grande parte do desprazer que sentimos é de ordem perceptiva. Pode tratar-se da percepção de uma pressão interna – causada por pulsões insatisfeitas – ou da percepção de elementos oriundos do mundo externo que, ou são desagradáveis em si, ou que desencadeiam expectativas desprazerosas no aparelho psíquico e são reconhecidos por ele como perigo. A reação a essas pressões pulsionais e às ameaças de perigo é, na verdade, a manifestação da atividade do aparelho psíquico (Freud, 1920/2006, p.138).

Sem uma resposta que seja coerente com as hipóteses metapsicológicas desenvolvidas até a terceira parte do texto de 1920 sobre a repetição de experiências desprazerosas e principalmente pelos exemplos da transferência e da compulsão de destino nada se relacionarem com o princípio do prazer, Freud admite existir, sim, um modo de funcionamento do aparelho psíquico anterior ao princípio do prazer e mais elementar, reconhecidamente mais primário, e que acabaria por preceder a regulação deste princípio.

Laplanche e Pontalis (1983) colocam as seguintes noções:

Ao colocar em primeiro plano, em *Além do princípio do prazer*, a noção de compulsão à repetição invocada desde *Rememoração, repetição e elaboração*, Freud reagrupa certo número de fatos de repetição já descobertos e isola outros em que a repetição se apresenta no primeiro plano do quadro clínico (neurose de destino e neurose traumática, por exemplo). Estes fatos parecem exigir-lhe uma análise teórica nova (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, pp.126-127).

Eis que é daí que a compulsão à repetição assume seu posicionamento na metapsicologia freudiana, naquilo que repete, mas que não é gerador de prazer, nem mesmo em última análise, como vimos em alguns exemplos trabalhados por Freud.

Então, enquanto um conceito metapsicológico, a compulsão à repetição precisa existir para além e apesar das neuroses, posto que a metapsicologia é uma tentativa de formulação de uma teoria psicológica geral. Assim, a justificativa que Freud (1920) dá ao conceito encerra o seguinte entendimento:

Os mesmos fenômenos de transferência que a psicanálise revela nos neuróticos podem ser encontrados também na vida dos não-neuróticos. Muitas pessoas nos passam a impressão de estarem sendo, por assim dizer, perseguidas por um destino maligno, isto é, de haver algo demoníaco em suas vidas. Desde o início a

psicanálise considerou que esse destino fatal era quase que inteiramente preparado por elas mesmas e determinado por influências precoces. A compulsão que se manifesta nesses casos não é diferente da compulsão à repetição encontrada nos neuróticos, ainda que essas pessoas nunca tenham apresentado sinais de um conflito neurótico que se expressa em uma formação de sintoma (Freud, 1920/2006, p. 147).

No entanto, ainda precisamos fazer uma relação entre a compulsão à repetição e o princípio de inércia, pois somos levados a pensar que esse princípio justificaria uma tendência do aparelho psíquico a repetir certas situações na busca por descarga. Caropreso (2010) esclarece bem essa relação ao fazer a afirmação no sentido de que:

À primeira vista, a forma mais direta possível seria o caminho melhor facilitado e, de início, por hipótese, esse caminho deveria ser sempre percorrido. Todavia, devido à sua ineficácia para satisfazer a própria tendência à inércia e promover a eliminação total da quantidade, a partir de certo momento ele teria que ser ao menos parcialmente deixado de lado. A compulsão à repetição seria, portanto, a manifestação mais primitiva da inércia na vida psíquica... (Caropreso, 2010, p. 198).

De toda forma, é em 1920 que desaparece a ideia da soberania do princípio do prazer e reaparece a noção de uma tendência repetitiva do aparelho psíquico anterior e mais originária que pode conduzir ao desprazer.

Então, justificada a necessidade de uma compulsão à repetição anterior ao domínio do princípio do prazer, Freud se pergunta a serviço de que a mesma atuaria. Passemos a esta questão.

2.3 - A relação entre o trauma, a dor física e a compulsão à repetição

Para a compreensão desta função vamos voltar novamente às ideias de 1895 do texto *Projeto para uma psicologia científica*. Na primeira parte do texto, Freud trata a dor e a vivência da dor e, na terceira parte, fala dos mecanismos de ligação da quantidade excedente geradora de desprazer. Em 1920 há uma retomada dos efeitos da experiência de dor no psiquismo e, então, o trauma volta a ser vinculado a experiências “reais” de desprazer. Essas experiências que Freud chama reais serão trabalhadas em 1926 no texto *Inibição, sintoma e ansiedade*.

Segundo as hipóteses de 1895, os processos de excitação, especialmente os vindos do mundo externo, dada a sua magnitude, deixam como consequência caminhos facilitados que fundamentam a memória.

Como há uma porção do psiquismo diretamente exposta aos estímulos do mundo exterior, há que se ter um “escudo protetor contra estímulos” (Freud, 1920/2006, p. 151) no seu entorno para que filtre estes estímulos e somente deixe passar excitação às camadas mais profundas, após ter retido um *quantum* de energia excitatória. Entretanto, o escudo protetor nem sempre desempenha sua função de maneira satisfatória na blindagem dos estímulos externos, podendo ser rompido pelas cargas excitatórias, delineando um panorama traumático no aparelho psíquico. Sobre isso, Freud (1920) diz o seguinte:

Chamemos de traumáticas as excitações externas que possuem força suficiente para romper o escudo protetor. Acredito que não podemos compreender o conceito de trauma sem vinculá-lo a uma ruptura na camada protetora contra estímulos, a qual sabemos sob circunstâncias normais operar de modo eficaz. Não há dúvida que um acontecimento como o trauma exterior provoca uma grave perturbação na economia energética do organismo, além de acionar todos os mecanismos de defesa, e o princípio de prazer é, logo de início, colocado fora de ação. Já que não é possível impedir que grandes quantidades de estímulos inundem o aparelho psíquico, só resta ao organismo tentar lidar com esse excesso de estímulos

capturando-o e enlaçando-o psiquicamente para poder então processá-lo (Freud, 1920/2006, pp. 153-154).

Caropreso (2010) comenta que “o trauma resultaria da falha de mecanismos destinados a proteger o aparelho de excitações muito intensas” (Caropreso, 2010, p.193). Continuando suas explanações, a autora assevera que a inundação do aparelho psíquico de grande magnitude o obriga a trabalhar no sentido de dominar as cargas de excitação para efetuar a ligação dessa energia livre, ou seja, o trauma coloca em ação a compulsão à repetição. Notemos que Freud chama de “trauma” o que no *Projeto para uma psicologia científica* era chamado de vivência de dor.

Luís Cláudio Figueiredo (1999) alerta sobre o possível equívoco na compreensão da noção do trauma. Diz ele que o trauma não deve ser pensado como a irrupção da camada protetora, mas, sim, como a quantidade de energia excedente liberada no aparelho psíquico quando a energia quiescente não for suficiente para efetuar a ligação (Figueiredo, 1999).

Explicada essa “nova” perspectiva sobre o trauma e com as considerações de Figueiredo (1999), podemos passar à análise do movimento automático do aparelho psíquico para se defender dessa inundação de energia. De acordo com Freud, há no aparelho psíquico um *quantum* de energia em repouso que indica mais ou menos a capacidade de recepcionar investimentos vindos do mundo exterior.

Freud (1920) define a dor física como a ruptura da proteção anti-estímulo em um ponto específico. Sobre essa questão, afirma:

No caso da dor física, diremos que mesmo um sistema altamente investido de cargas de energia é capaz de receber novos afluxos de energia e de transformá-los em cargas de investimento em repouso, isto é, de capturá-los e ligá-los psiquicamente (Freud, 1920/2006, p. 154).

Para Freud (1920), acontece da seguinte maneira a resposta psíquica à dor:

De todos os lados é convocada a energia de investimento para que a área afetada receba uma carga de energia com uma intensidade equivalente à da invasão. Produz-se, assim, um ‘contrainvestimento’ de grande envergadura à custa do empobrecimento de todos os outros sistemas psíquicos, que sofrem uma extensa paralisia, ou à custa de uma forte redução de qualquer outra função psíquica (Freud, 1920/2006, p.154).

Caropreso e Simanke (2006) explicam do seguinte modo o papel da contra-ocupação no caso da dor:

Diante do desprazer resultante, seria produzida uma enorme contraocupação, na qual se empenhariam excitações oriundas dos outros sistemas, tendo como resultado um rebaixamento geral de todas as operações psíquicas; tal contraocupação teria como objetivo ‘ligar’ a excitação que produz desprazer (Caropreso & Simanke, 2006, p. 14).

Então, a função da repetição seria efetuar a ligação das grandes somas de excitação que anularam o mecanismo de amortecimento do aparelho psíquico. Nesse sentido, a compulsão à repetição tenta exercer um domínio sobre a energia livre e intensa, dada a sua magnitude, a partir da contra-ocupação.

Claramente, percebemos que agora a compulsão à repetição é pensada agindo num nível de processo primário, anterior e originário em relação ao princípio do prazer, e este passa a ser pensado como um princípio secundário no psiquismo. A ligação da excitação torna-se anterior e pré-condição para o domínio do princípio do prazer, pois que este princípio somente pode evitar os caminhos desprazerosos depois que um

domínio prévio da energia e dos caminhos facilitados, ou da ocupação de representações, for estabelecido.

Então, temos que a compulsão à repetição – enquanto processo primário – trabalha no sentido de efetuar a ligação da energia que se encontra livre no aparelho psíquico para que, depois de ligada a uma representação, seja possível ao princípio do prazer o governo dos processos psíquicos. Se o princípio primário não efetuar a ligação da energia livre, ocorre que novamente representações geradoras de desprazer podem ser ocupadas ou caminhos facilitados, que também são geradores de desprazer, podem novamente ser percorridos.

Caropreso (2010) comenta sobre a energia livre e o processo de ligação na compulsão à repetição:

Deste modo, segundo o que é proposto em 1920, só após a ligação da excitação haveria possibilidade de evitar ou inibir os caminhos que conduzem ao desprazer, e o processo primário, com isso, parece voltar a ser pensado como um funcionamento no qual a excitação segue unicamente por vias mais facilitadas (Caropreso, 2010, p. 195).

Podemos dizer que a compulsão à repetição trabalha na busca por estabelecer ligações, somente emergindo o princípio do prazer após acontecer a ligação da excitação. Entretanto, quando esse enlace não é bem sucedido, a perturbação causada pode ser comparada à da neurose traumática, por exemplo.

Temos, então, uma reversão do princípio primário regido pelo princípio do prazer para um princípio primário originário que consiste em uma compulsão à repetição, anterior ao princípio do prazer, que agora é tomado como princípio secundário. Nesse sentido, nas palavras de Freud (1920), verificamos o que se segue:

Nós já havíamos constatado que uma das mais antigas e importantes funções do aparelho psíquico é a de ‘capturar e ligar’ as moções pulsionais que chegam a ele, de modo a poder substituir o processo primário que prevalece nessas moções pelo processo secundário e transformar a energia livre e móvel das cargas de investimento em energia que esteja predominantemente em estado de repouso (tônico). Durante essa transformação, ocorre um aumento de desprazer, o qual não é, e não pode ser, levado em conta pelo aparelho psíquico; contudo, isso não significa que o princípio do prazer seja suspenso nesses momentos. Ao contrário, essa transformação está muito mais a serviço do princípio do prazer; na verdade, a captura e enlaçamento das moções se constituem como um ato preparatório que introduz e assegura a soberania do princípio do prazer (Freud, 1920/2006, p.180).

Relacionando energia de investimento, traço de lembrança e trauma, Freud afirma que “o doente (...) nos revela que os traços recalçados das lembranças de suas primeiras experiências psíquicas não estão disponíveis em estado de enlaçamento e fixados; assim, até certo ponto, esses traços são incapacitados a operar no processo secundário” (Freud, 1920/2006, p.159).

Isso quer dizer que as memórias de experiências traumáticas precoces poderiam não ser ligadas e, portanto, não ser integradas ao processo secundário, permanecendo sem acesso à consciência. Essas memórias, no entanto, continuariam existindo no inconsciente, no processo primário, e influenciando os demais processos psíquicos.

Explica Freud (1920):

Diremos então que o princípio do prazer é uma tendência que está a serviço de uma função, a de tornar o aparelho psíquico inteiramente livre da excitação, ou de manter a quantidade de excitação constante, ou ainda, de mantê-la tão baixa quanto possível (Freud, 1920/2006, p.180).

Diante de tais argumentos, é possível responder qual a relação da compulsão à repetição com o princípio do prazer, principalmente quando o despertar dessas funções está no estímulo da dor.

Para que o princípio do prazer possa imperar, é preciso haver um trabalho prévio levado a cabo pela compulsão à repetição no sentido de capturar e ligar a excitação, transpondo-a de estado livre a estado ligado. É tão somente depois da ligação efetuada, que a possibilidade de ocupação da representação do objeto hostil passa a ser parcial ou evitada.

Esse comportamento de repetição e ligação pode ser compreendido a partir de um referencial econômico do psiquismo que remonta à ideia da vivência de dor do *Projeto para uma psicologia científica*, a qual foi apontada no início de nossas argumentações. Então, segundo as ideias de 1895, a experiência dolorosa deixa caminhos muito facilitados capazes de facilmente suscitarem desprazer e precisam de um trabalho intenso de repetição e de ligação. Isso quer dizer que o trauma, assim denominado em 1920, coloca em ação a compulsão à repetição.

A irrupção de grandes excitações leva o organismo a uma compulsão à repetição, tendência que se mostra anterior ao princípio do prazer e que, por isso, justifica a re colocação das experiências dolorosas como fundantes do psiquismo.

A dor, especialmente a dor física, está no ponto mais fundamental dessa tendência à repetição, primeiro porque é da repetição o trabalho de ligar a energia livre que resulta na experiência de dor; e segundo porque ela incitaria o psiquismo a fugir e evitar situações que venham a rememorar as ocupações das representações hostis.

Assim, o trauma e a dor física causam perturbações econômicas que marcam permanentemente o psiquismo. Essa ideia de marcas originárias no aparelho psíquico resultantes do traumatismo real será retomada no capítulo 4, na análise das hipóteses do texto *Inibição, sintoma e angústia*, de 1926. No próximo capítulo, voltar-nos-emos para a questão dos impactos psíquicos da dor física no desenvolvimento do ego, tal como este é pensado por Freud no texto *O ego e o id*, de 1923.

CAPÍTULO 3 - O ego corporal e a vivência de dor em *O ego e o id*, de 1923

Data de abril de 1923 o texto *O ego e o id*.¹ Os editores da edição inglesa comentam que Freud antecipa algumas ideias do texto num Congresso de Psicanálise ocorrido em setembro de 1922, na cidade de Berlim. Segundo estes editores, há um breve artigo não publicado, cujo título seria “*Algumas observações sobre o inconsciente*”, no qual Freud adianta a necessidade de se repensar o campo inconsciente e o processo do recalçamento, além de perceber que o ego não poderia manter-se atrelado ao pré-consciente.

Como comentam os editores ingleses, três textos foram importantes na estruturação do psiquismo antes de 1923: o *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, o Capítulo VII de *A interpretação dos sonhos*, de 1900, e os artigos metapsicológicos, de 1915. O texto *O ego e o id* é considerado o último trabalho metapsicológico finalizado por Freud, uma vez que o artigo *Esboço de psicanálise*, de 1938/1940, nunca foi terminado.

No prefácio da obra, Freud faz referência aos conteúdos que serão abordados dizendo ser o texto de 1923 uma continuação das reflexões de 1920. Entretanto, alerta que, diferentemente de 1920, as reformulações e novas hipóteses de *O ego e o id* não seriam mais especulativas, mas amparadas em fatos clínicos reais.

Apesar do texto *O ego e o id* apresentar uma reformulação da estruturação tópica do aparelho psíquico, suas novas hipóteses não causaram tanta polêmica quanto o texto *Além do princípio do prazer*, de 1920. Monzani (1989) comenta, entretanto, que “o significado dessa reformulação não foi entendido da mesma maneira pelos diferentes autores” (Monzani, 1989, p. 233).

Segundo o comentador em questão, três posições de análise se delinearam a partir da segunda tópica: a primeira entende a segunda tópica como uma expansão da teoria em decorrência das novas descobertas clínicas feitas por Freud; a segunda busca conciliar a primeira tópica com a segunda, acreditando que há fenômenos melhor

¹ Neste capítulo também adotaremos os termos *ego* e *id* devido à maior tradição no uso desses termos. Entretanto, essa terminologia está em desacordo com a tradução aqui utilizada de Luis Hans (2007), que faz uso de *eu* e *id*. As citações literais seguirão a terminologia adotada pelo autor citado.

explicados pelo modelo topográfico (1.^a tópica), como os sonhos, e outros melhor explicados pelo modelo estrutural (2.^a tópica), como os conflitos neuróticos; a terceira, que propõe um abandono total da primeira tópica por acreditá-la insuficiente teoricamente (Monzani, 1989).

Na primeira tópica, o aparelho psíquico é dividido em inconsciente, pré-consciente e consciente. As representações do sistema inconsciente seriam insuscetíveis de se tornarem conscientes e seus conteúdos corresponderiam ao reprimido primordial e ao reprimido propriamente dito. Ou seja, no inconsciente estariam os conteúdos reprimidos desde a origem e os que foram excluídos do pré-consciente. Já as representações do sistema pré-consciente seriam inconscientes, mas suscetíveis de consciência.

De acordo com esse modelo, fica a cargo do pré-consciente o trabalho do recalque, fazendo retornar ao inconsciente conteúdos que foram suscetíveis de consciência. Entretanto, há um problema nessa definição: o pré-consciente seria suscetível de consciência, mas a repressão é um processo insuscetível de consciência. Esclarecendo melhor esse impasse Caropreso (2010) apresenta uma colocação:

Mas, se a repressão e a sua manutenção, que sempre foram funções atribuídas ao Prcc, ocorrem de maneira inconsciente – e não parece ser o caso de atribuir essa inconsciência à ação de uma censura entre Prcc e Cc, uma vez que seriam os derivados do reprimido que estariam submetidos a ela – então, torna-se problemático considerá-las funções pré-conscientes. Um dos dois sistemas – o Prcc ou o Icc – deve ser repensado para dar solução a esse impasse (Caropreso, 2010, p. 214).

Freud assume definitivamente esse problema e tenta solucioná-lo no texto de 1920, ao admitir ser a repressão um processo insuscetível de consciência.

Outro problema que impulsiona Freud a rever a primeira tópica é a incoerência entre o modelo topográfico e a noção de ego. Não há, nesse modelo, nenhum espaço para a identificação do ego e suas funções, apesar do conceito já ter sido esboçado na obra desde 1895, no *Projeto para uma psicologia científica*.

Monzani (1989) expõe que, a partir de uma leitura sistemática e histórica da obra de Freud, é possível perceber quatro motivações para a teorização da segunda tópica. Assim, consoante o autor:

Pode-se dizer, para resumir, que todos os principais problemas (que são basicamente quatro: a dinâmica do conflito neurótico e a diferença entre ser inconsciente e pertencer ao sistema inconsciente; os modos de funcionamento do inconsciente; a remodelação da noção do ego e a composição do inconsciente) que apontam claramente a insuficiência da primeira tópica e apontam a segunda já são bem conhecidos de Freud há longo tempo (Monzani, 1989, p. 254).

Ou seja, o comentador em questão reafirma o que foi dito pouco acima no sentido de que não foram somente as incongruências internas à primeira tópica que fizeram Freud revê-la, mas também problemas conceituais como a noção de ego e a insuficiência do campo inconsciente. E de maneira igual a outros momentos de nossa análise das hipóteses freudianas, também a segunda tópica já parece estar delineada em textos anteriores, como aponta Monzani (1989):

De uma certa maneira, a solução para esses problemas também há muito tempo está praticamente preparada: desenvolvimento da noção do ego; de suas instâncias ideais (superego, ideal do ego e ego ideal); uma nova visão do conflito (já que essas instâncias ideais não mais se opõem ao inconsciente porque elas mesmas são, em boa parte, inconscientes); uma clara assunção de que o critério consciente/inconsciente é insuficiente e, por fim, uma aceitação de que o inconsciente não se resume à teia das representações recalçadas (Monzani, 1989, p. 254).

Para refletir sobre a segunda tópica, e isso também se aplica a todas as reformulações propostas por Freud ao longo de sua obra, vamos assumir uma posição de não desconsiderar as hipóteses anteriores em detrimento das novas formulações, e nesse sentido, outrossim, diz Caropreso (2010) que “... como argumentamos, não se trata propriamente de substituição de uma tópica pela outra, mas sim de superposição de novas instâncias sobre as antigas e da expansão do campo do psíquico insuscetível de consciência” (Caropreso, 2010, p. 212).

Na segunda tópica, Freud reformula suas hipóteses acerca da estruturação do aparelho psíquico, abandonando a ideia dos sistemas inconsciente e pré-consciente. A identidade entre o processo primário e inconsciente, por um lado, e processo secundário e pré-consciente, por outro, também desaparece, bem como a ideia de que é a palavra que efetua a ligação e inibe o processo primário, fazendo o funcionamento psíquico passar a secundário. Freud propõe que o termo “inconsciente” seja usado para designar insuscetibilidade de consciência e “pré-consciente” seja usado para designar “suscetibilidade de consciência”.

Freud estrutura funcionalmente o aparelho psíquico em Ego, Id e Superego, sendo ao ego legitimamente atribuída uma porção inconsciente, como já havia sido especulado desde o *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, além de serem ampliadas suas hipóteses para um ego corporal, que vai se constituindo tanto por aspectos corporais quanto por aspectos de identificação, este último já tendo sido trabalhado anos antes, em 1915.

Laplanche e Pontalis (1983) propõem a seguinte relação: “Relativamente à primeira teoria do aparelho psíquico, o ego é mais vasto do que o sistema pré-consciente-consciente, na medida em que as suas operações defensivas são em grande parte inconscientes” (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p.172).

O id, por sua vez, assim como o inconsciente da primeira tópica, corresponde ao processo primário e, da sua inibição, desenvolve-se o ego. A hipótese de o id ser regido pelo princípio do prazer e ser identificado com o processo primário, depois das considerações de 1920, traz um problema conceitual que não iremos discutir aqui, mas precisamos apontá-lo. Enquanto processo primário, a energia no id deveria estar em

estado livre, mas sendo regido pelo princípio do prazer, então se espera que a energia esteja em estado ligado. Freud não avança na resolução desta questão e mantém essas hipóteses na segunda tópica, apesar de incongruentes.

Sobre o id, Monzani (1989) comenta que:

De fato, todos os fatos levam a crer que o conceito de id foi a grande construção teórica dos anos 20 com relação ao problema da tópica psíquica. Nós já vimos que as outras instâncias estavam prontas havia tempo e a montagem dessa segunda tópica começou com a reformulação da noção do ego. (...) Essa montagem foi elaborada, por assim dizer, de cima para baixo e pode-se formular a hipótese de que foi, talvez, a ausência do id que levou Freud, durante muito tempo, a manter a primeira tópica, embora estivesse cômico de suas dificuldades (Monzani, 1989, p. 264).

O superego tem seu desenvolvimento em duas partes: uma a partir da inibição das pulsões agressivas; outra a partir das identificações culturais. É identificado conceitualmente como a instância da lei, da interdição.

Pela segunda tópica há conteúdos suscetíveis e insuscetíveis de consciência tanto no ego quanto no superego. O ego se desenvolve a partir da inibição do processo primário e o superego é regido pelo processo secundário. Então, se admitimos que há conteúdos insuscetíveis de consciência no ego e no superego, chegamos à questão importante da segunda tópica: a ampliação do campo inconsciente para além do processo primário. Resumindo, temos o “ego como agente da defesa, o superego como sistema de interdição, o id como polo pulsional” (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, pp. 182-183).

Na segunda tópica, o aparelho de percepção é deslocado para a superfície do corpo, à imagem de uma vesícula, contendo uma endoderme – id, ego e superego – e um ectoderme – a consciência. Com essa analogia, Freud consegue explicar melhor a relação entre percepção e consciência. Como a percepção se dá na superfície corporal e

essa guarda estreita relação com o ego, Freud admite que nem toda percepção necessariamente será consciente. Essa afirmativa será importante quando chegarmos à discussão sobre os efeitos da vivência de dor sobre o desenvolvimento do ego.

Com a segunda tópica, as funções do ego ganham importância. Laplanche e Pontalis (1983) enumeram quatro funções principais: o ponto de vista tópico, em que o ego está numa posição de mediador entre as pulsões do id, a tirania do superego e as exigências da realidade; o ponto de vista dinâmico, em que o ego representa a defesa da personalidade, através de mecanismos psíquicos de defesa, quando num estado neurótico; o ponto de vista econômico, no qual o eu desempenha uma função de ligação da energia livre para dar vazão ao princípio primário; por fim, o ponto de vista histórico, no qual a noção do ego se apresenta constante na obra de Freud desde as origens de suas teorizações.

E ainda refletindo sobre considerações de Laplanche e Pontalis (1983) a respeito da nova estruturação tópica do aparelho psíquico, vamos tomar suas palavras literais para mostrar o que significou metapsicologicamente a evolução da primeira para a segunda tópica, tendo como base as novas formulações dos anos 20:

A ‘viragem’ de 1920: vemos que a fórmula, pelo menos no que se refere à introdução da noção do ego, só pode ser aceita com reservas. Todavia, não será possível recusar o próprio testemunho de Freud sobre a mudança essencial que então se operou. Parece que, se a segunda teoria tópica faz do ego um sistema ou uma instância, isso ocorre em primeiro lugar porque ela procura ajustar-se às modalidades do conflito psíquico melhor do que a primeira teoria, acerca da qual se pode esquematicamente dizer que tomava como referência principal os diferentes tipos de funcionamento mental (processo primário e processo secundário). São as partes intervenientes no conflito, o ego como agente da defesa, o superego como sistema de interdição, o id como polo pulsional, que são agora elevadas à dignidade de *instâncias* do aparelho psíquico. A passagem da primeira para a segunda tópica não implica que as novas ‘províncias’ tornem caducos os limites precedentes entre

Inconsciente, Pré-consciente e Consciente. Mas na instância do ego vêm agrupar-se funções e processos que, no quadro da primeira tópica, estavam repartidos por diversos sistemas (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p. 182-183).

Como nosso trabalho tem como objetivo analisar os conceitos de dor e de trauma na metapsicologia freudiana, iremos priorizar a análise das hipóteses de Freud sobre o ego que tratam das funções de repetição e ligação na busca por evitar o desprazer, e na formulação da noção do ego corporal e suas consequências para o desenvolvimento psíquico.

3.1 - A sistematização da noção do ego em 1923

A noção de ego é alvo da reflexão de Freud desde muito cedo. Para a maior parte dos estudiosos contemporâneos a ele, o “ego” denotava consciência, personalidade. Freud, no entanto, já em 1895 formula uma nova abordagem acerca do ego, segundo a qual este não se restringe somente à consciência. Vejamos como o ego é sistematizado na metapsicologia desde o *Projeto para uma psicologia científica* até 1923.

Uma primeira noção sobre a estrutura e o funcionamento do ego é apresentada no já mencionado *Projeto para uma psicologia científica*. Nesse texto, o ego é concebido segundo uma perspectiva neurológica. Monzani (1989) resume bem a definição de Freud sobre o ego da seguinte maneira:

... já tivemos oportunidade de ver como Freud pensa essa noção ao nível do *Projeto...*, isto é, como uma massa orgânica de neurônios (ou, se preferir uma linguagem mais psicológica, de representações) com boas facilitações entre si, constantemente investida, formando uma espécie de campo imantado que tem a possibilidade de atrair energia para si, de desviar, portanto, o curso desta quando estiver se dando de forma livre e puder terminar na liberação de desprazer. Essa função inibidora do ego é que faz com

que ele seja essencialmente, no *Projeto...* um *sistema de defesas* contra a liberação do desprazer (Monzani, 1989, p. 242).

Ou seja, segundo as hipóteses do *Projeto para uma psicologia científica*, a função do ego seria a de inibir a ocupação demasiada da representação, tanto do objeto hostil, quanto da representação do objeto de desejo, para que a sensação de dor não traga novamente desprazer nem a alucinação deixe o bebê no desamparo. Essa inibição se dá, na primeira situação, a partir de um intenso e repetitivo trabalho de ligação por parte do ego para impedir a ocupação do objeto hostil. No segundo caso, a inibição da ocupação da representação do objeto de desejo é coincidente com a inibição do processo primário, ou seja, o ego desempenha dupla função no aparelho psíquico.

Atentando à função de inibição dos caminhos facilitados pela dor e da reativação da representação do objeto hostil, Freud observa que o pensamento pode ser desencadeador da sensação de desprazer na medida em que ele reativa a imagem recordativa da experiência dolorosa. Freud explica que, a princípio, o ego não teria condição de inibir esse processo de reativação porque a dor deixa um lastro de grande facilitação, devido à sua grande magnitude, mas que, com as repetidas tentativas de ligação ao longo do tempo, haveria possibilidade de domar essas representações capazes de afeto isolando-as da memória acessível.

A reativação de sensações que causam afeto pode ocorrer tanto na repetição de vivências vindas do mundo externo quanto através de percepções internas produzidas por diversas camadas do próprio aparelho psíquico.

Monzani (1989), ao comentar o conceito de ego no *Projeto para uma psicologia científica*, diz que:

O ego aqui é, nitidamente, uma instância que não se confunde nem com a pessoa, nem com o aparelho psíquico e não tem nenhuma relação especial com a consciência. Ele é essencialmente um agente executivo de produzir certos efeitos no fluxo e na distribuição de energia (Monzani, 1989, p. 242).

Laplanche e Pontalis (1983) comentam que no período que vai de 1895 a 1900, o ego, enquanto conceito é abordado por Freud em momentos distintos, ora relacionado à teoria dos conflitos neuróticos, ora aos mecanismos de defesa e nas hipóteses metapsicológicas do funcionamento do aparelho psíquico. Sobre o *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, os autores escrevem que “na primeira elaboração metapsicológica que Freud apresentou do funcionamento psíquico, à noção de ego é reconhecido um papel em primeiro plano. No *Projeto de uma psicologia*, a função do ego é essencialmente inibidora” (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p. 176).

Em 1900, em *A interpretação dos sonhos*, Freud parece manter as funções de inibição do ego. Todavia, alguns momentos claramente identifica o ego a uma porção pré-consciente, ou até mesmo à consciência. Isso se dá quando ele identifica reprimido com inconsciente e ego com consciente. Entretanto, como aponta Monzani, Freud parece hesitar nessas identificações, tendo o texto de 1900 diversos problemas quanto ao conceito de ego. O comentador alerta que:

O ego funciona mais como um polo de oposição a partir do qual Freud pensa essa região inédita no campo do saber, que está procurando revelar para o leitor. Isso talvez explique a razão do por que, de um lado, os laços entre o ego e a consciência são estreitados nesse texto e, de outro, logo após supor, por exemplo, essa identificação, o leitor, ao virar a página, encontre prefigurada toda a problemática que vai desembocar na segunda tópica (Monzani, 1989, p. 243-244).

Em poucas ocasiões Freud novamente ensaia abordar a questão do ego, pois seu interesse maior era em entender melhor o funcionamento inconsciente e estabelecer regras gerais para o funcionamento psíquico. Em um artigo sobre *Distúrbios psicogênicos da visão* (1910), há uma exposição tímida sobre a ideia de pulsões do ego. Em outro momento, o ego aparece mais pormenorizadamente trabalhado quando Freud trata de temas relacionados ao narcisismo e que culmina nos textos *O Narcisismo*, de 1914, e no artigo metapsicológico *O Inconsciente* (1915).

No texto *Introdução ao narcisismo*, de 1914, Freud retorna às hipóteses sobre o ego e o relaciona aos processos de identificações sexuais, conferindo a ele um lugar de objeto de amor que pode ser investido libidinalmente. Assim, o ego passa a ser visto também como uma instância capaz de armazenar energia libidinal, como “um grande reservatório da libido” (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p. 181). É a partir da importância desse lugar conferido ao ego, qual seja, de identificações e reservatório de libido, que Freud o toma como referência para falar das escolhas feitas pelo indivíduo de seus objetos de amor.

A introdução dos processos de identificação relacionados ao ego permite a Freud estender suas hipóteses de 1914 e apresentar as noções de ego ideal e ideal do ego. Outra contribuição que a noção do ego como reservatório da libido traz é aquela relacionada ao estudo do luto e dos processos melancólicos, que em 1916 é publicado como *Luto e Melancolia*.

Entretanto, todas essas considerações acerca das pulsões egoicas, das identificações como objeto de amor e do ego como reservatório da libido em nada contribuem para o aspecto econômico das funções do ego, tema central do texto de 1923. Segundo Monzani (1989), *Introdução ao narcisismo* contribui para as hipóteses de 1923 no seguinte sentido:

Desde 1914, o ego já aparece claramente como uma constelação psíquica razoavelmente complexa a ponto de se poder falar num sistema do ego composto de várias instâncias e funções: o ego está estreitamente vinculado com a consciência, suas relações com o aparato motor são salientadas; boa parte das funções do sistema pré-consciente é englobada como parte do ego; dele fazem parte, por fim, as instâncias do superego, ideal do ego e o ego ideal. Ele é o agente principal nos mecanismos de defesa e recalçamento, e desde há muito tempo Freud sabe que extensas partes do ego podem ser inconscientes (Monzani, 1989, p. 248-249).

Em 1920, no texto *Além do princípio do prazer*, a ideia da repetição que busca ligação da energia livre que ocupa o aparelho psíquico, tal qual foram descritas no

Projeto para uma psicologia científica, como na vivência de dor, por exemplo, ganha novamente corpo e é sistematicamente trabalhado. No entanto, se no *Projeto para uma psicologia científica* Freud é explícito em dizer que cabe ao ego esse trabalho de ligação, no texto de 1920 não há uma definição de qual instância seria responsável por esse trabalho. Será em 1923 que Freud (1923) irá definir quais as funções do ego. Explicita o autor:

O eu seria, então, aquela instância psíquica que supervisiona todos os processos parciais que ocorrem na pessoa. É a instância que à noite vai dormir, embora, mesmo dormindo, ainda detenha o controle da censura onírica. É também desse eu que procedem os recalques. Por meio deles, o eu faz com que determinadas tendências psíquicas sejam excluídas, não só da consciência, mas também impedidas de se imporem ou agirem por outros meios (Freud, 1923/2007, p. 31).

O ego emerge de um processo de inibição do id, ou seja, o ego já fora constituído puramente por pulsão em processo primário. A exposição gradativa do aparelho psíquico aos estímulos externos gradativamente resulta na diferenciação do id originando o ego. Este último se torna, então, o mediador entre o id e o mundo externo, tentando domar as cargas pulsionais vindas do id e adequá-las às possibilidades que o mundo oferece.

Caropreso (2010) faz as seguintes considerações sobre a inibição do id e a emergência do ego:

A hipótese de Freud de que o Eu seria uma parte do Isso diferenciada devido ao contato com a realidade nos permite pensar que a relação entre o Isso e Eu talvez possa ser considerada de forma semelhante à que havia entre o sistema inconsciente e pré-consciente: o Eu emergiria a partir do Isso – assim como, anteriormente, o Prcc do Icc – e esse processo se deveria à necessidade de passar a levar em consideração as exigências do mundo externo. Desde o *Projeto...*, Freud trabalha com a hipótese

de que o processo primário deveria ser ao menos parcialmente inibido para que o organismo pudesse sobreviver. Por ignorar o mundo externo, o funcionamento conduziria a um aumento de desprazer e, como consequência da sua desadaptação, ele teria que ser inibido e dar lugar ao processo secundário (Caropreso, 2010, pp. 219-220).

Mas o fato do ego emergir do id não o faz subordinado a esta instância, pelo contrário, o ego exerce papel fundamental da inibição do funcionamento do id. Freud relaciona o ego às outras instâncias e com o mundo externo propondo que “desse eu diremos que há uma consciência atada a ele, e mais, que é o eu que controla os acessos à motilidade, isto é, o escoamento em direção ao mundo externo das excitações internamente acumuladas” (Freud, 1923/2007, p. 31).

Segundo Freud, este mundo externo em contato com o ego deve ser pensado para além das coisas do mundo. Faz parte dele o corpo físico e sua superfície, assunto que já fora mencionado por Freud no *Projeto para uma psicologia científica*. Assim, a diferenciação que o ego sofre a partir do id guarda uma relação direta com as experiências vividas na superfície do corpo.

Laplanche e Pontalis (1983) articulam essas colocações de Freud da seguinte maneira:

... tal como o tegumento é a superfície do corpo, o sistema percepção-consciência está à ‘superfície’ do psiquismo. Tal maneira de ver leva a conceber o aparelho psíquico como o resultado de uma especialização das funções corporais, e o ego como produto terminal de uma longa evolução do aparelho de adaptação (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p.186).

Então, novamente buscando compreender os conceitos de dor e de trauma, podemos citar uma passagem de Freud (1923) no que de mais importante podemos destacar do texto de 1923 para as discussões do nosso tema: “o eu é, sobretudo, um eu corporal” (Freud, 1923/2007, p. 38).

Se, em 1920, Freud retoma a experiência de dor como constitutiva do aparelho psíquico, nomeando-a trauma, e em 1923 apresenta o ego como corporal, há de se especular como o psiquismo, especialmente o ego, constitui-se a partir de vivências dolorosas em suas superfícies.

3.2 - O ego corporal e a vivência de dor

As formulações acerca do ego na segunda tópica remetem a funções econômicas que, mais uma vez, parecem ter sido descritas em 1895, no *Projeto para uma psicologia científica*. Especialmente quando Freud trata das questões de inibição e da relação do ego com a superfície corporal em 1923, a similaridade com as hipóteses de 1895 ficam mais denunciadas. Para tentarmos cumprir a proposta de analisar a relação da dor e as novas teorizações sobre o ego, vamos retornar brevemente a aspectos do texto de 1895.

No *Projeto para uma psicologia científica*, Freud propõe que a dor ultrapassa as barreiras em phi e ocupa psi do manto e deixa caminhos de grandes facilitações, dada a sua magnitude. Passado esse primeiro impacto da irrupção da dor como estímulo externo, esta passa a produzir efeitos como uma percepção interna, como uma rememoração, até que o processo de ligação da energia livre seja efetuado.

Enquanto essa ligação não é consumada, isto é, enquanto não há inibição do processo primário, o ego não pode afastar da consciência recordações dolorosas. Freud expõe nesse texto de 1895 que, após a ligação, o desprazer produzido pela reocupação de representações de objetos hostis pode ser reduzido a um sinal. Esse sinal de desprazer, então, direcionaria os processos psíquicos no sentido da evitação de caminhos que conduzam ao desprazer.

Quando tratamos da questão da rememoração e desprazer, o que está em jogo é a quantidade que flui pelos caminhos facilitados, caminhos esses que nem sempre podem conduzir ao prazer. Na série prazer-desprazer, cabe justamente ao ego a função de inibir os caminhos que suscitam o desprazer.

Compete ao ego, então, intervir na “prevenção de novos processos afetivos e na redução de velhas facilitações afetivas” (Freud, 1895-1950/2003, p. 231). Ou seja, assim

que a ideia gerar no ego um afeto desprazeroso este procura investir caminhos diferentes daqueles que foram facilitados quando da irrupção do estímulo doloroso.

Gaby Jr. (2003), em seus comentários ao *Projeto para uma psicologia científica*, esclarece esse trabalho do ego dizendo que “no desenvolvimento do eu as ocupações laterais evitam a ocupação do circuito de eliminação instaurado pela vivência dolorosa...” (Gaby Jr., 2003, p.114).

Por sua vez, Simanke (2007) comenta que a experiência dolorosa proposta por Freud, no *Projeto para uma psicologia científica*, aponta para a compreensão metapsicológica dos processos inibidores do ego e das repetidas tentativas de ligação da quantidade livre para a descarga. O comentador aponta, também, para a importância do ego ser entendido, já em 1895, como um ego corporal, através do qual as sensações sobre nosso próprio corpo são primeiramente elaboradas. Parece que Simanke (2007), em suas considerações acerca do *Projeto para uma psicologia científica*, já antecipa o que Freud vem a sistematizar em 1923, em *O ego e o Id*.

No texto de 1923, Freud retoma, assim, a questão da função do ego na ligação dos processos prazerosos para que obtenham descarga satisfatória e na inibição dos caminhos outrora facilitados, mas que geram desprazer. Freud (1923) afirma o seguinte:

... também a dor parece desempenhar um papel no processo de formação do eu. Aliás, na medida em que adoecimentos que produzem dor são capazes de fornecer ao sujeito novos conhecimentos a respeito dos seus órgãos internos, poderíamos até pensar que talvez esse seja o modo de como se forma a concepção que temos do nosso próprio corpo (Freud, 1923/2007, p. 38).

Paul-Laurent Assoun (1996) aponta para a importância do texto de 1923, principalmente quando Freud trata das hipóteses relacionadas ao ego e suas implicações com a dor e o corpo. O autor assevera que:

Freud, nessa segunda seção do ensaio metapsicológico mais importante, está engajado numa reflexão sobre as relações entre o

Eu e o Isso. Sua fórmula é ainda mais notável na medida em que se identificaria mais facilmente o polo pulsional da ‘personalidade’ com o Corpo (...). Ora, é ao Eu, o polo voltado para a realidade, que se vê atribuída essa *corporeidade* (Assoun, 1993/1996, p. 188).

Assim, propondo que os conhecimentos psíquicos provêm da vida externa e dos impactos que as sensações causam quantitativamente e qualitativamente, e que essas percepções chegam obrigatoriamente ao psiquismo através do ego, Freud novamente delineia que há no ego uma porção inconsciente, notadamente ligada ao id, por onde a instância do ego se comunica com o recalcado. Freud esclarece que:

... O eu resultou do processo de diferenciação que se deu na superfície do id. O eu se empenha em fazer valer a influência do mundo externo junto ao id e aos propósitos deste (...). O papel da percepção no eu é análogo ao da pulsão no id (Freud, 1923/2007, p.38).

Nota-se, por conseguinte, uma grande importância funcional no ego que é manter o id sob inibição, tendo em vista também a realidade externa, ou seja, para o id o ego é seu representante do mundo externo. Ratificando a citação anterior digamos que os estímulos externos e as percepções estão para o ego como a pulsão está para o id.

Apesar de interligados e inicialmente na vida coincidirem, ego e id evoluem para instâncias diferenciadas. A superfície do corpo e as sensações táteis geradas nela, tanto vindas do interior do aparelho psíquico quanto do mundo externo, contribuem para que a diferenciação entre ego e id aconteça, pois o ego ficará responsável por funcionar como barreira e filtro das cargas excitatórias e o id como impulsor de energia para descarga.

Também a dor desempenha papel na formação do ego. Ao fornecer ao psiquismo sensações acerca do corpo, ela possibilita ao indivíduo conhecer e reconhecer esse corpo.

Assim, citamos novamente a importante afirmativa de Freud (1923) no texto *O ego e o id*: “o eu é, sobretudo um eu corporal” (Freud, 1923/2007, p.38). A hipótese de

que o ego é, antes de tudo, um ego corporal, é considerada por Assoun (1996) como “um dos enunciados mais centrais que, em Freud, designam o papel (literalmente) central do corpo” (Assoun, 1993/1996, p. 187). Também Laplanche e Pontalis (1983) comentam essa afirmativa de Freud dizendo que “tal indicação convida a definir a instância do ego como fundada numa operação psíquica real que consiste numa ‘projeção’ do organismo no psiquismo” (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p. 187).

Freud continua suas especulações sobre o ego corporal afirmando: “... mas ele não é somente um ente de superfície: é também, ele mesmo, a projeção de uma superfície” (Freud, 1923/2007, p.38). E dada a importância dessas palavras de Freud, novamente comenta Assoun (1996):

A analogia corporal atua aí em dois planos que importa distinguir, embora Freud jogue com os dois, de maneira voluntariamente identificatória: o corpo intervém na gênese do Eu, e o Eu é estruturado como o Corpo, a se entender aqui como *superfície*, isto é, ao mesmo tempo como *limite e extensão* – e certamente não como profundidade... (Assoun, 1993/1996, p. 188).

Em uma nota de rodapé da tradução inglesa do texto de 1923 constam informações sobre a citação de Freud supramencionada, a qual indica que as sensações que acontecem na superfície do corpo influenciam diretamente na diferenciação do ego, fazendo do ego uma instância de projeção mental da superfície corporal. Para esclarecer esse ponto de interpretação do que Freud quer dizer com a relação entre o ego corporal e a projeção psíquica dessa superfície corporal, citamos novamente Assoun (1996):

Quando Freud diz que o Eu é corporal, deve-se, pois, compreender algo como: *o Eu e o Corpo estão estruturados segundo a lógica homóloga das superfícies*. Isso equivale a dizer, não que o Eu é análogo ao Corpo, mas que a emergência da subjetividade se faz segundo essa lógica corporal da projeção (Assoun, 1993/1996, p. 188).

Sofrendo influência também das pulsões vindas do id e do controle do superego num momento pós-edípico, o ego desenvolve naturalmente um movimento de fuga. Freud (1923) explica que “o eu (...) recolhe os investimentos que havia depositado nas percepções agora ameaçadoras, bem como retira a carga dos processos considerados perigosos que ocorrem no Id e realoca esses investimentos de carga, escoando-os na forma de medo” (Freud, 1923/2007, p. 64).

Não há, entretanto, como apreender do que especificamente o ego foge, mas certamente está relacionado à possibilidade das experiências corporais reavivarem caminhos desprazerosos, levando o ego a inibir a ocupação de caminhos que liberem desprazer. Além disso, o ego trabalha para dar vazão às pulsões que pressionam o aparelho psíquico causando desprazer e, ao mesmo tempo, busca evitar que o pensar reative representações desprazerosas. Advoga Freud (1923) a favor do ego:

O eu está encarregado de importantes funções. Em decorrência de sua relação com o sistema de percepção, cabe a ele ordenar temporalmente os processos psíquicos e submetê-los ao teste de realidade. Além disso, ele interpola o curso das pulsões com os processos do pensar e obtém um adiamento do escoamento por via motora e também logra controlar o acesso à motilidade (Freud, 1923/2007, p.62).

Ao fim da análise do texto de 1923, podemos inferir que as experiências dolorosas, assim como as demais experiências corporais, desempenharão um papel na constituição do ego, talvez delimitando aqueles componentes deste que devem ser evitados e permanecer distantes da consciência. Percebemos que o ego, diante da dor, trabalha no sentido da inibição dos caminhos facilitados, e na repetição em busca de ligação da energia livre, além de atuar no recalque. Tais processos ocorrem tanto diante da dor, resultante de estímulos externos, como diante do desprazer originado a partir da reativação de representações relacionadas a vivências dolorosas, quando o pensar ou o recordar novamente ocuparem tais representações.

CAPÍTULO 4 - O reposicionamento da dor e do trauma em *Inibição, sintoma e angústia*, de 1926.

A questão do papel desempenhado pelas experiências traumáticas reais no funcionamento psíquico parece ser lacunar na obra de Freud, aparecendo em alguns momentos, passando períodos adormecidos e reaparecendo em textos que reestruturam o pensamento metapsicológico. Podemos apontar especificamente os textos *Projeto para uma psicologia científica* (1895), *Estudos sobre a histeria* (1893-1895), *Além do princípio do prazer* (1920) e *Inibição, sintoma e angústia* (1926) como contendo as reflexões mais importantes de Freud sobre essa questão.

As primeiras ideias sobre o trauma, datadas de 1895, associam-se a uma concepção econômica do aparelho psíquico, sendo pensado como uma invasão de quantidade intensa de excitação que ocasiona um transbordamento, o qual o aparelho psíquico não é capaz de dominar.

Há consequências psíquicas importantes derivadas dessa forma inadequada de responder ao estímulo, como a inibição do processo primário, a estruturação de uma resposta patológica diante de um estímulo e a sistematização do conceito de “sinal” quando o caminho de facilitação levar ao desprazer.

Nos *Estudos sobre a histeria*, Freud formula uma teoria da sedução e coloca o trauma sexual na base das neuroses, relacionando o trauma a um conteúdo sexual real. No *Projeto para uma psicologia científica*, essas ideias da relação do trauma com a sexualidade são novamente esboçadas. Laplanche e Pontalis (1983) explicam o seguinte sobre essa fase inicial de teorizações sobre o trauma:

O traumatismo vê a sua ação decomposta em vários elementos e supõe sempre a existência de, pelo menos, dois acontecimentos: numa primeira cena, chamada de sedução, a criança sofre uma tentativa sexual por parte de um adulto, sem que nela dê origem a qualquer excitação sexual; uma segunda cena, muitas vezes aparentemente anódina, e passada depois da puberdade, vem evocar a primeira por qualquer traço associativo. É a recordação da primeira que desencadeia um afluxo de excitações sexuais que

excede as defesas do ego. Embora Freud chame traumática à primeira cena, vemos que, do estrito ponto de vista econômico, só posteriormente esse valor lhe é conferido; ou ainda: só como recordação a primeira cena se torna posteriormente patógena, na medida em que provoca um afluxo de excitação interna. Tal teoria confere o seu pleno sentido à famosa fórmula dos *Estudos sobre a Histeria*: ‘os histéricos sofrem sobretudo de reminiscências’ (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p. 681).

Pouco mais tarde, Freud passa a trabalhar com a hipótese da teoria da fantasia de sedução, não mais admitindo que precise haver um abuso sexual de fato para que a sexualidade se configure traumática. Apenas a rememoração de uma fantasia seria suficiente para elevar os níveis de excitação a ponto do aparelho psíquico novamente falhar no trabalho de descarga.

Em 1916 e 1917, em *Lições de introdução à psicanálise*, o trauma é pensado como uma rememoração, como “um acontecimento que surge num segundo tempo” (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p. 682). Ou seja, o trauma perde sua característica originária de inscrição de grande afluxo de quantidade externa e passa a ser pensado como uma tentativa de inibição de excitações vividas no desenvolvimento libidinal infantil.

Há, entretanto, duas situações principais que colocam as teorizações de Freud sobre a relação da neurose e do trauma em xeque, as neuroses de guerra e as neuroses traumáticas. Em *Além do princípio do prazer*, a ideia da compulsão à repetição é sistematizada como uma busca pela ligação da energia livre proveniente do afluxo intenso causado por algumas experiências que não levam ao prazer, como a dor. Com isso, Freud recoloca a noção de trauma vinculado a grandes afluxos de quantidade exógena, como em 1895. Em 1923, em *O ego e o id*, há uma retomada das ideias de 1920, atribuindo ao ego a função de ligação dessa quantidade excedente.

Esses dois textos, *Além do princípio do prazer* e *O ego e o id*, somados ao *Projeto para uma psicologia científica*, ganham mais clareza com os avanços teóricos propostos em 1926 em *Inibição, sintoma e angústia*. Segundo Laplanche e Pontalis

(1983) “a noção de traumatismo vem finalmente assumir valor na teoria da angústia, tal como *Inibição, sintoma e angústia* a renova ...” (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p. 683).

O texto finalizado em dezembro de 1925 e publicado em fevereiro de 1926 traz a questão da angústia como seu tema principal, mas junto dela trabalha também outros temas subjacentes, como a repressão primordial, o trauma de nascimento, a prematuração do ser humano, fato que o coloca numa posição de desamparo frente à vida, entre outras. É em 1926 que Freud propõe a segunda teoria da angústia. Vejamos como esse tema é tratado ao longo da obra freudiana.

Segundo Humberto Nagera (1970) há na obra de Freud três fases em que a angústia é abordada: no *Projeto para uma psicologia científica* (1895), depois nos textos *Interpretação dos sonhos* (1900) e no artigo *O inconsciente* (1915) e, por último, em *Inibição, sintoma e angústia* (1926) e *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise* (1933). As palavras do comentador são as seguintes:

Historicamente, existem três fases principais no desenvolvimento das concepções de Freud sobre a ansiedade.² Na primeira, ele postulou uma transformação em ansiedade da libido não-descarregada. Durante essa fase, entretanto, estava presente em ‘*The Project*’, *The Interpretation of Dreams* e no artigo ‘*The Unconscious*’, a noção de que uma pequena libertação de desprazer (angst) atua como sinal para impedir um desprazer mais acentuado. Esta ideia foi desenvolvida em maior detalhe na segunda fase, com *Inibitions, Symptoms and Anxiety*, após a publicação em 1923 da teoria estrutural... (Nagera, 1970, p.119).

Temos, então, uma “primeira teoria da angústia” na qual ela é vista como um afeto que incide no psiquismo após a repressão. Ela é um produto, o resultado da repressão operada pelo ego contra as moções pulsionais que geram desprazer. Esse

² Como se trata de uma citação, optamos pela utilização literal das palavras do autor, que utiliza o termos “ansiedade” ao invés de “angústia”.

primeiro momento tem como pano de fundo a questão sexual. Laplanche (1987) retoma uma pergunta clássica de Freud sobre a origem da angústia e escreve:

Qual é a origem dessa angústia? Remeto-os ao Manuscrito E, que se intitula 'Como nasce a angústia'. O fundamento da resposta é evidente para Freud, orientado ao mesmo tempo por suas pesquisas sobre a histeria, pela concepção da neurastenia que ele já encontrou relativamente elaborada, e por suas investigações clínicas: essa etiologia é *sexual* (Laplanche, 1980/1987, p.22).

Que a angústia é produto da repressão e que sua etiologia é sexual fica explícito nos escritos de Freud. Uma questão que não é esclarecida nesse momento inicial da teorização da angústia, e talvez nem mesmo em um momento posterior, diz respeito a um posicionamento metapsicológico. Ou seja, a angústia é um fenômeno psicológico ou fisiológico? Laplanche (1987) organiza essa pergunta da seguinte maneira:

... pode a angústia ser explicada, pura e simplesmente, por uma espécie de transformação de uma energia não empregada (portanto de maneira puramente mecânica)? Ou então, a angústia, que apesar de tudo apresenta características específicas, que não é um sentimento qualquer, que se traduz por crises que têm uma certa configuração – certos distúrbios respiratórios, por exemplo – poderá ser reduzida a um evento histórico? (Laplanche, 1980/1987, p. 24).

A via psicológica de compreensão da angústia seria entendê-la como uma lembrança, algo que causaria angústia quando um evento que fora traumático fosse lembrado num tempo depois. A via fisiológica seria o entendimento que a angústia é uma descarga por vias somáticas de uma quantidade de excitação sexual que não foi satisfeita, ocorrendo pelas vias respiratórias (falta de ar, por exemplo), cardíacas (taquicardia) e outros fenômenos de ordem física. Tal qual foi dito, essa contradição não ganha uma explicação suficiente enquanto trata-se da primeira teoria da angústia na obra de Freud.

O interessante é que a concepção psicológica vai retornar na segunda teoria da angústia, porém com uma reformulação acerca da etiologia, e servirá de base também para a reformulação da noção do trauma.

Ocorre que Freud focava seus estudos sobre a angústia nas manifestações clínicas da neurose de angústia e da neurastenia. Foram os casos de dois pacientes manifestamente fóbicos, a saber: o pequeno Hans e o homem dos lobos, que levaram Freud a perceber um possível equívoco na relação entre a angústia e a repressão.

Em *Além do princípio do prazer* (1920), Freud retoma a experiência de dor e passa a discuti-la novamente, mas agora contextualizada com a compulsão à repetição. Nessas argumentações, Freud introduz a discussão sobre as consequências das grandes irrupções de excitação e do despreparo do aparelho psíquico para lidar com elas, despreparo esse que seria o gerador da angústia ao lado da repressão.

No cenário teórico de 1920, Freud apresenta um conceito relacionado à angústia ainda incipiente, mas que tomará corpo em 1926, que é a noção de “preparação para a angústia”. Caropreso (2009) faz as seguintes considerações sobre o texto *Além do princípio do prazer*:

Em *Além do princípio do prazer* (1920), a ‘vivência de dor’ volta a ser alvo da atenção de Freud. Nesse texto, após concluir pela legitimação da suposição de um funcionamento que consiste em uma ‘compulsão à repetição’ e que antecede aquele regido pelo princípio do prazer, Freud levanta a questão a respeito de qual seria a função dessa compulsão e em que condições ela afloraria. Em busca de uma resposta a essa questão, ele passa a refletir sobre a reação do aparelho à irrupção de excitações muito intensas – o que agora é definido como ‘trauma’. Essa noção de trauma resultaria da falha dos mecanismos destinados a proteger o aparelho psíquico de excitações muito intensas. Ele estaria relacionado ao despreparo psíquico para a recepção da excitação, à falta do que Freud chama de ‘preparação para a angústia’, a qual consistiria na última

trincheira da proteção antiestímulo do aparelho psíquico (Caropreso, 2009, p.582).

Para o estudo da noção do trauma, o texto de 1926 é especialmente importante por reposicionar as experiências traumáticas reais como originárias do psiquismo e das neuroses. Isso quer dizer que se antes era a vivência de satisfação e o desejo que ocupavam o lugar de base na constituição das neuroses e dos processos psíquicos, em 1926 passa a ser a vivência de dor, agora chamada trauma, a ocupar esse lugar.

Passemos, então, à apresentação das ideias de *Inibição, sintoma e angústia*, partindo da modificação na teoria da angústia, com sua conseqüente relação entre o afeto e a repressão, para posteriormente trabalharmos o trauma e a prematuração do ser humano.

4.1 - Afeto, angústia e repressão.

Para chegar à reformulação da teoria da angústia em 1926, Freud faz anteriormente um percurso pelos conceitos de inibição e de sintoma. Essas considerações sobre esses dois temas, aliadas às reflexões sobre o afeto, situam o leitor nos pressupostos teóricos que embasaram as ideias principais sobre a angústia no texto.

Começemos por entender como Freud diferencia inibição de sintoma, nas primeiras partes do escrito. Inicialmente, o criador da Psicanálise propõe uma distinção entre os fenômenos, devido ao curioso fato de algumas enfermidades mostrarem a ocorrência de inibição sem produção de sintoma, o que o leva a afirmar que não podem, portanto, serem os referidos fenômenos tratados como sinônimos nas afecções psíquicas.

Freud (1926) coloca que “inibição tem uma relação particular com a função e não necessariamente designa algo patológico: pode-se dar esse nome a uma limitação normal da função” (Freud, 1926/1975, p.83). Por sua vez, sintoma daria indício de um processo patológico. Pode-se concluir que Freud chama inibição quando se tem uma baixa de função psíquica, afetando o funcionamento do ego, e sintoma quando se observa uma variação desta para uma nova forma de operar. Contudo, Sigmund Freud

adverte que uma inibição pode desencadear um sintoma na medida em que a baixa de função poderia afetar também seu desempenho.

É possível admitir uma relação entre a inibição e a angústia quando Freud pontua que “muitas inibições são, evidentemente, uma renúncia a certas funções porque a origem de seu exercício desencadearia angústia” (Freud, 1926/1975, p. 84). Visto que a angústia é sentida pelo ego, pode-se afirmar, segundo as ideias de Freud, que a inibição é “uma limitação funcional do ego” (Freud, 1926/1975, p. 84), podendo ter em si diversas causas.

Muitas inibições se dão porque o ego, quando em conflito com o id, renuncia à determinada função ao invés de empreender uma nova repressão. Outras inibições derivam do conflito entre o ego e o superego, como uma autopunição por uma possibilidade de êxito em algum âmbito da vida.

Com relação ao sintoma, Freud (1926) escreve o seguinte:

O sintoma é um indício e substituto de uma satisfação pulsional interceptada, é o resultado do processo repressivo. A repressão parte do ego, que, eventualmente por ordem do superego, não pode deixar ocorrer uma investida pulsional vinda do id. Mediante a repressão, o ego consegue impedir a representação portadora da moção desagradável de se tornar consciente (Freud, 1926/1975, p. 87).

O sintoma somente é possível de ser observado nos casos em que o ego fracassa no intento da repressão, ao passo que quando há sucesso a moção pulsional é sufocada e sua energia deslocada, nada podendo ser observado na forma de sintoma. O que pode ocorrer é que a falha no processo de repressão acabe conduzindo a um sintoma. Freud (1926) elucida que “a luta defensiva contra a moção pulsional desagradável termina às vezes mediante a formação de sintoma” (Freud, 1926/1975, p. 94).

Freud levanta a questão a respeito de qual seria o destino da moção pulsional ativada no id, cuja meta seria a satisfação. Começa explicando que, por conta do

processo repressivo, o prazer da satisfação acaba por se tornar um desprazer, o que acarreta outro problema, qual seja, o de explicar como uma satisfação pulsional, cuja meta é a satisfação, teria como resultado final um desprazer.

A resposta de Freud segue no sentido de que, por consequência da repressão, o decurso excitatório iniciado no id acaba por não ser produzido, pois o ego consegue inibi-lo e desviá-lo. A isso se chama “mudança de afeto”, reconhecendo que há no ego um poderoso controle sobre o id.

Assim, quando o aparelho psíquico percebe um perigo externo, o organismo busca um movimento de fuga, primeiro retirando o investimento das representações de percepção do perigo, depois encontrando um meio mais eficaz de realizar ações musculares que permitam a fuga do campo de perigo.

A repressão seria um mecanismo de defesa para que o investimento não ocupe uma representação que sinalize perigo. Esse movimento é gerador de angústia e como o ego é a instância responsável por efetuar essa defesa, Freud afirma ser o ego a genuína sede da angústia.

Diante deste posicionamento temos duas situações distintas, mas que são igualmente desprazerosas: uma que afirma que a angústia é causada pela ocupação de representações desprazerosas; outra que diz que a angústia é gerada pelo deslocamento da energia quando há um sinal de perigo. Freud se posiciona ao responder que “essa causalidade não está destinada a receber explicação econômica, pois a angústia não é produzida novamente quando há repressão, mas reproduzida como um estado afetivo a partir de uma imagem mnêmica pré-existente” (Freud, 1926/1975, p. 89).

O autor de *Além do princípio do prazer* continua expondo suas primeiras argumentações sobre aquilo que, mais tarde no texto, irá abordar sistematicamente: as noções de repressão primordial e trauma de nascimento. Coloca Freud:

Mas, se agora perguntamos pela origem dessa angústia – assim como pelos afetos em geral – abandonamos o indiscutido terreno psicológico para ingressar no campo da fisiologia. Os estados

afetivos estão incorporados na vida anímica como umas sedimentações de antiquíssimas vivências traumáticas e, em situações parecidas, despertam como um símbolo mnésico (Freud,1926/1975, p. 89).

Esses últimos comentários freudianos antecipam, portanto, o que será trazido mais adiante na obra como uma das revisões na maneira de se pensar o trauma. Superficialmente a ideia é de que há um trauma originário que posteriormente é revivido a cada situação que novamente desperte o símbolo mnésico relativo à vivência desprazerosa. No entanto, as palavras de Freud trazem também um conceito importante a ser abordado, qual seja, o estado de afeto.

As argumentações sobre o estado de afeto ganham nova formulação em 1926, em *Inibição, sintoma e angustia*, ao servirem de sustentação teórica para os conceitos de sinal de angustia e à “nova” visão do trauma.

Assim, em 1926, diante já de uma segunda tópica do aparelho psíquico e com conceitos reformulados em 1920 e 1923, Sigmund Freud pode então pensar na segunda teoria da angústia. Toma por base, como dito anteriormente, as manifestações clínicas da neurose fóbica e a retomada das considerações econômicas do aparelho psíquico sobre a dor.

Analisando as considerações da neurose fóbica para a segunda teoria da angústia, podemos refletir que foi o ponto referente à análise dos dois casos principais de fobia e sua conseqüente relação com a castração o motor de todo o reposicionamento da teoria.

Nos casos do pequeno Hans e do homem dos lobos observamos um deslocamento da pulsão agressiva dirigida ao pai para outro objeto externo, como o cavalo e o lobo. Freud chama esse movimento psíquico de “conflito de ambivalência” e diz que isso “não se tramita, então, na mesma pessoa; ele se esquia, deslizando uma de suas moções para outra pessoa como objeto substitutivo” (Freud, 1926/1975, p. 99).

Esclarece Pissetta (2008) especificamente sobre o caso Hans:

Retomando sua análise de Hans, Freud vai ratificar suas conclusões acerca do perigo experimentado por Hans. Nesse sentido, ele destaca que a criança acredita ser castrada pelo pai, e é aí que angústia, como anterior, terá seu peso de empuxo ao recalque pelo desejo incestuoso pela mãe. Desse modo, torna-se necessário a consideração da angústia como anterior ao recalque (...) Nesse sentido, o eu,³ não ‘preparado’ para o perigo, se angustia, mobilizando a defesa do recalque (Pisetta, 2008, p. 409-410).

Fica claro nessa passagem que as argumentações teóricas reposicionam a angústia como um afeto que incide anteriormente no psiquismo, sendo, por conseguinte, a geradora da repressão. Com isso, há uma inversão da lógica psíquica, não mais entendendo a angústia como produto do recalque, mas como causa deste.

Novamente citando Pisetta (2008) temos os seguintes esclarecimentos:

Pretendemos considerar a segunda teoria da angústia de Freud em dois momentos principais: em 1916-1917, teorizada como um afeto que incide posteriormente em relação ao recalque, como um produto deste último, e, num segundo momento, a partir de 1926, quando ela é considerada como um afeto anterior e causador do recalque. Nesse segundo momento, portanto, ela é um indício que o princípio regulador do aparelho psíquico, que quer a obtenção do prazer e a evitação do desprazer, falhou em sua ação. Ela é, pois, um anúncio da falência do princípio de prazer-desprazer, já que é percebida essencialmente como desprazerosa (Pisetta, 2008, p. 405).

³Como se trata de uma citação, optamos pela utilização literal das palavras da autora, que faz uso do termo “eu” ao invés de “ego”.

Não obstante, ainda resta para Freud uma dúvida se seria mesmo somente o medo da castração o motor da repressão ou haveria outros motivos que contribuiriam para a geração da angústia.

A partir de uma terceira manifestação clínica da neurose, a obsessiva, Freud passa a argumentar se poderia o pensamento desencadear de alguma maneira uma situação de angústia. Podemos dizer que a partir da perspectiva de Laplanche (1987) de que existam na angústia dois aspectos fundamentais, um psicológico e um fisiológico, Freud toma o aspecto psicológico para embasar suas hipóteses, pois este atribui um caráter de rememoração dos afetos e das representações.

No obsessivo, os comportamentos ritualísticos exemplificam a primeira maneira de defesa do ego, uma vez que, ao refazer algum ato, o que foi feito primeiro se acha de certa forma anulado. A outra forma de defesa peculiar é o isolamento do afeto, este aspecto se mostrando importante no estudo da angústia. Nesse processo o afeto da vivência traumática é isolado e seus mecanismos associativos são suspensos para que o investimento não volte a fazer o mesmo caminho de desprazer quando reativado, nem mesmo pelo pensamento. É através do pensamento que o sintoma obsessivo perfaz seu ganho secundário, sendo necessário um árduo trabalho por parte do ego para manter o curso do pensar longe dos afetos que foram isolados.

A angústia está, então, nas várias formas de organização neurótica, despontando como uma reação a algo, seja a castração, a rememoração pelo pensamento ou um excesso de libido. Seguindo esse raciocínio, Freud desenvolveu o conceito de “sinal e angústia” frente a um perigo. Laplanche e Pontalis (1983) definem tal conceito como:

Expressão introduzida por Freud na remodelação da sua teoria da angústia (1926) para designar um dispositivo que o ego põe em ação perante uma situação de perigo, de forma a evitar ser submergido pelo afluxo das excitações. O sinal de angústia reproduz de forma atenuada a reação de angústia vivida primitivamente numa situação traumática, o que permite desencadear operações de defesa (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p. 632).

Por essa definição de Laplanche e Pontalis (1983) é possível perceber que a angústia desencadeia um movimento de defesa no ego. Ao gerar tal mecanismo, podemos ver claramente a angústia deixando de ser um produto da repressão para ser o motivo da repressão e dos processos de defesa. Com isso, a relação entre a angústia e o trauma pôde ser estabelecida.

A noção de trauma que Freud retoma neste momento da obra de 1926 é a que foi esboçada no *Projeto para uma psicologia científica*, com a vivência de dor, e mais especificamente trabalhada em 1920, no *Além do princípio do prazer*. Parte de uma concepção econômica do aparelho psíquico que considera como uma situação traumática “um afluxo incontrolável de excitações demasiadamente múltiplas e demasiadamente intensas” (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p. 61).

A partir da compreensão do trauma podemos evoluir desde o entendimento do sinal de angústia a outra definição dada por Freud: angústia automática. Esta seria uma reação do indivíduo frente a uma situação traumática (com um afluxo demasiadamente grande) ou que rememore uma situação traumática vivida anteriormente. Sinal de angústia ou angústia automática são referências na obra de Freud ao motivo da repressão.

Entendemos, então, que a função principal da angústia é defender-se de um perigo, seja de ordem endógena ou exógena. Freud expõe que a intensidade da angústia (afeto de angústia) varia de acordo com a natureza do perigo, ou seja, com a perturbação econômica que o perigo pode causar.

O que fica como questão é o que determina a diferença de intensidade do afeto de angústia relacionado à situação de perigo, ou seja, o que determina a diferença de reação de cada indivíduo frente a um perigo. Esse assunto será retomado na quarta parte deste capítulo.

Por hora, vamos explorar melhor alguns argumentos que foram colocados anteriormente e que permaneceram sem maiores explicações. Vamos tentar esclarecer

aonde Freud quer chegar quando fala que a angústia automática é desencadeada pela rememoração de uma situação traumática anterior.

4.2 - A repressão e a repressão primordial.

Com a segunda teoria da angústia, a repressão passa a ser motivada pela angústia. Diante do perigo, o sinal de angústia aciona no ego a defesa e a repressão afasta da consciência as representações desprazerosas. Mas de onde Freud extrai a ideia de que esse sinal de angústia está relacionado à rememoração de uma vivência traumática anterior?

Em 1926, além de reposicionar a angústia como anterior à repressão, Freud também repensa o conceito de repressão primordial. Porém, antes de pensarmos neste tema específico vamos analisar de maneira sucinta como Freud desenvolve o conceito de repressão ao longo de sua obra.

No *Projeto para uma psicologia científica* Freud argumenta que a vivência de satisfação e o desejo estariam na base da constituição psíquica dos processos normais. A inibição do processo primário e sua substituição pelo secundário, a serviço da tendência à constância, trabalhariam para impedir a ocupação intensa da representação de objeto de desejo (alucinação), inaugurando no indivíduo a possibilidade de perceber o mundo externo.

Sobre a vivência de dor, Freud sugere que uma de suas consequências pode ser a produção de uma defesa patológica. Comenta Simanke (2007) que a noção metapsicológica do recalque provém dessa conceituação de Freud sobre a defesa patológica.

O trauma para Freud, então, era pensado como ocorrido somente num tempo depois, quando uma nova situação reocupasse as representações da vivência dolorosa primária, como bem explicou uma citação de Laplanche e Pontalis na introdução deste capítulo.

Com o abandono da teoria da sedução, a hipótese de uma vivência de dor na origem do psiquismo é deixada em segundo plano (Caropreso, 2009). Essa ideia segue sem mais sistematização até 1920, permanecendo somente o desejo e a vivência de satisfação na base da teoria freudiana do aparelho psíquico.

Na Carta 52 a Fliess, datada de 6 de dezembro de 1896, Freud apresenta a repressão relacionada à transcrição das representações nos diferentes níveis do aparelho psíquico. Ao propor um modelo topográfico dividido em Percepção – Signos de percepção – Inconsciência – Pré-consciência – Consciência, argumenta que os traços mnêmicos são gradativamente transcritos de uma estratificação a outra até que cheguem à consciência por intermédio de uma representação de palavra.

A repressão acontece quando uma memória não é capaz de ser transcrita por gerar desprazer, ficando impossibilitada de chegar à consciência pelas vias normais do pensamento. Essa repressão é identificada por Freud como uma defesa patológica.

Em 1900, no capítulo VII de *A interpretação dos sonhos*, Freud mantém a ideia de transcrição de traços de memória da Carta 52, porém, pensa a repressão como um processo entre inconsciente e pré-consciência. Ele argumenta que a repressão pode ocorrer com representações que chegaram ao pré-consciente, mas são geradoras de desprazer e, logo, devem voltar ao campo inconsciente, não mais podendo ocorrer em qualquer nível de estratificação anterior à Pré-consciência.

Outra novidade no capítulo VII é a existência de moções de desejo insuscetíveis de consciência desde a origem. Em 1915, em *Artigos metapsicológicos*, Freud atribui o nome “repressão primordial” à força que mantém essas representações no processo primário, ou seja, inconscientes e “repressão propriamente dita”, quando ocorre a repressão das representações que retornam da Pré-consciência para o Inconsciente por causarem desprazer.

Comenta Caropreso (2009) o seguinte:

Sendo assim, o reprimido primordial consistiria naquelas representações-coisa que nunca foram sobre-investida pelas

representações-palavra – que nunca fizeram parte do Pcs – e o reprimido propriamente dito consistiria naquelas representações-coisa que perderam seu vínculo com a palavra, por terem sido associadas ao reprimido primordial e se tornarem fonte de desprazer para o Pcs (Caropreso, 2009, p. 581).

Não fica muito claro nas colocações freudianas qual seria o motivo da repressão primordial. Todavia, notamos que até a data de 1915 a repressão primordial em nada se vinculava a vivências dolorosas reais, mas teria como objeto os representantes da pulsão. Esta vinculação entre o reprimido primordial e a vivência dolorosa acontece em 1926, depois de Freud recolocar o trauma na origem dos processos psíquicos e reposicionar a questão das vivências dolorosas como fundantes do aparelho psíquico.

Então, em *Inibição, sintoma e angústia*, a pergunta sobre o motivo da repressão primordial ganha clareza quando Freud sugere que experiências traumáticas iniciais seriam as ocasiões imediatas das repressões primordiais. De acordo com o autor, seria “inteiramente verossímil que fatores quantitativos como a intensidade hipertrófica da excitação e da ruptura da barreira anti-estímulo constituam as causas imediatas das repressões primordiais” (Freud, 1926/1975, p. 90).

Freud continua sua explanação, afirmando que os estados afetivos que geram a angústia foram incorporados na vida psíquica como resultado de experiências traumáticas primárias. Em situações semelhantes, esses afetos são despertados como símbolos mnêmicos. Assim, “angústia primordial” e repressão primordial permanecem atreladas na teoria freudiana, tendo as experiências traumáticas reais como base.

Essas colocações talvez esclareçam melhor o que porventura possa ter ficado nebuloso no item anterior do texto sobre o reposicionamento da angústia como anterior à repressão e desencadeada quando uma lembrança evocasse uma representação que outrora fora vivenciada como traumática.

Se em 1915 o reprimido primordial estava relacionado a noções de desejo insuscetíveis de consciência, permanecendo no campo do psíquico inconsciente, em

1926, este se vincula a experiências traumáticas reais, estando na base da predisposição às neuroses.

Cabe-nos agora investigar qual seria, então, a vivência traumática real originária, fonte de toda a repressão primordial.

4.3 - O trauma do nascimento e a angústia.

Em 1926, ao reposicionar o trauma, pensado enquanto vivência de dor, na base da constituição dos processos psíquicos patológicos, Freud o faz seguindo suas ideias de que a dor causa um excesso de energia no aparelho psíquico, excesso este que o psiquismo é incapaz de domar imediatamente e que traz como consequência um estado de desamparo.

As hipóteses metapsicológicas no texto *Inibição, sintoma e angústia* apontam que para esta situação de excesso estar na base da constituição dos processos psíquicos, precisa se justificar. Sigmund Freud, assim, aponta para uma “ruptura originária” ou um “excesso originário”, do qual o aparelho psíquico não pode se defender, acrescentando a isso a noção de que desta ruptura deriva toda uma cadeia associativa geradora de angústia.

Afirma Freud (1926) que “a primeira vivência de angústia, ao menos do ser humano, é a do nascimento (...)” (Freud, 1926/1975, p.123). Um pouco mais adiante, complementa: “O processo de nascimento é a primeira situação de perigo, e a subversão econômica que produz se converte num arquétipo da reação de angústia” (Freud, 1926/1975, p.142).

A vivência do nascimento causa uma enorme perturbação na economia psíquica. Com o nascimento, os pulmões ganham vida, o coração passa por uma aceleração em sua frequência e as inervações sensoriais são despertadas com uma inundação de estímulos. Em termos metapsicológicos, digamos que o nascimento gera “uma elevação do nível de excitação que, por um lado, cria o caráter de desprazer” (Laplanche, 1980/1988, p. 136) que será rememorado em outras situações análogas.

O nascimento representa uma sobre-excitação que o psiquismo do lactente não é capaz de dominar, dada a sua prematuração. Esse perigo que o nascimento representa é transposto a outras situações. Caropreso (2009) comenta o seguinte sobre a angústia de nascimento e suas consequências:

No nascimento, argumenta Freud, o ‘perigo’ em questão careceria de todo um conteúdo psíquico. O recém-nascido só seria capaz de perceber uma enorme perturbação na economia de sua libido narcisista, e ele repetiria o afeto de angústia em todas as situações que lhe recordasse o nascimento (Caropreso, 2009, p. 583).

O termo “afeto de angústia” remete à teoria freudiana sobre os afetos. Freud entende o termo como “a reprodução de reações antigas, que em seu tempo podiam ter tido sua significação e foram então fixadas” (Laplanche, 1980/1988, p.136). Nesse sentido, esclarece Caropreso (2009):

Com essa hipótese de que o nascimento seria uma vivência traumática originária, ocasião de uma ‘angústia primordial’ que atribuiria um aspecto traumático a uma série de vivências posteriores – e uma série de angústias posteriores – que estariam na base da repressão, Freud volta a colocar na origem do psiquismo e das neuroses experiências traumáticas reais (Caropreso, 2009, p. 585).

Essas vivências posteriores foram sistematizadas por Freud como série de angústia, tema das explanações que se seguem no próximo item.

4.4 - As reações de angústia e suas séries.

Para introduzir a discussão que se prenuncia, vale recorrermos a uma citação de Freud (1926) tendo em vista que a mesma posiciona a argumentação central desta seção, qual seja, a relação entre a angústia primordial, ligada ao nascimento, com as situações posteriores de angústia. Diz ele que “em uma passagem anterior, perseguimos a linha de desenvolvimento que conecta esta primeira situação de perigo e condição de angústia com as posteriores (...)” (Freud, 1926/1975, p.142).

Freud explica que cada momento de vida corresponde a uma maneira diferente de o ego se defender. Na primeira infância ainda não há preparo suficiente para lidar com grandes somas de excitação, estando o ego numa situação de desamparo, sem condição de efetuar uma ação que descarregue essa sobra de maneira efetiva.

Com o desenvolvimento do aparelho psíquico, o perigo passa a ser a perda do objeto (da mãe), ou da pessoa que simboliza o cuidado terno, posto que a criança ainda está numa situação de incapacidade e desamparo, impossibilitada de operar uma ação específica. Essa condição faz a criança reviver o aumento de tensão que remete à vivência originária de sobre-excitação do nascimento. Um pouco mais adiante, o perigo é percebido diante da castração, cuja ameaça se concretiza pela perda dos genitais e pelo risco de novamente estar numa condição de desamparo frente à libido genital. Por último, quando a criança já se encontra nas relações sociais para além das exclusivamente familiares, a angústia é sentida frente ao superego, a consciência moral e o medo pela perda do amor. Há uma especulação de Freud sobre uma sexta situação de angústia que seria diante da morte, mas essa ideia não é desenvolvida pelo autor do *Projeto para uma psicologia científica*.

Com essa série de derivações de objetos de angústia, Freud estabelece uma correspondência entre as categorias de neuroses e os tipos de angústia. Caropreso (2009) diz que “na histeria de conversão, a angústia central (...) seria a angústia perante o perigo de perder o amor do objeto. Nas fobias, seria a angústia de castração e, na neurose obsessiva, a angústia perante o Superego” (Caropreso, 2009, p. 584).

É de se esperar que, com o desenvolvimento do psiquismo e consequente vivência dessas etapas, o indivíduo não mais precise reagir de maneira tão intensa frente ao perigo como faz o ego na infância. Muitas histerias de conversão que ocorreram na infância perdem seu sentido com o tempo, bem como fobias. No entanto, Freud explica que pode nem sempre ser assim. Na neurose, o indivíduo adulto “se comporta como se ainda subsistissem as antigas situações de perigo, seguem aferrados a todas as condições anteriores de angústia” (Freud, 1926/1975, p.139).

O normal seria que, com o tempo, a situação de angústia tendesse a perder sua significação. Entretanto, dada a intensidade de representação da situação de perigo, a

angústia pode causar um estado de afeto que se atualiza de acordo com a condição presente no entorno da vida do indivíduo, ou seja, a angústia se presentifica em uma nova situação de perigo.

Freud, nas considerações finais do texto de 1926, atribui à condição de angústia duas formas de apresentação: uma automática e outra frente ao perigo real. Ambas foram detalhadamente explicadas na seção II do texto, mas voltam neste momento para embasar um movimento do ego de fuga ao estímulo ameaçador.

Essa predisposição psíquica de evitação justificaria a angústia frente às situações descritas ao longo do desenvolvimento libidinal. No entanto, a condição originária que faz o psiquismo perceber o nascimento como perigoso tem a ver com a prematuração biológica do ser humano, assunto que será tratado a seguir.

4.5 - Prematuração e desamparo.

Vimos que na hipótese da série de angústia Freud atribui perigo e ameaça a determinados objetos ou vivências intimamente relacionados à época da vida e do desenvolvimento libidinal do indivíduo. Para cada fase do desenvolvimento psíquico haveria um perigo correspondente.

Isso porque o desamparo psíquico, para suportar as experiências que causam “transbordamento” na excitação, é denunciado justamente pela reação de angústia diante do perigo específico de cada fase do desenvolvimento. Laplanche (1988) faz os seguintes apontamentos sobre esse tema:

O perigo do desamparo psíquico corresponde à época de imaturidade do ego e, do mesmo modo, o perigo da perda do objeto corresponde à dependência dos primeiros anos da infância, o perigo da castração à fase fálica e a angústia perante o superego ao período de latência (Laplanche, 1980/1988, p. 142).

Na obra de Freud o termo “desamparo” aparece conceitualmente em dois momentos distintos: no *Projeto para uma psicologia científica*, quando a vivência de

satisfação é apresentada, e em *Inibição, sintoma e angústia*, para embasar o reposicionamento do trauma na base da constituição psíquica.

Segundo Laplanche e Pontalis (1983), a definição de desamparo pode ser tomada nesses dois momentos distintos. O primeiro assume um sentido específico relativo ao “estado do lactente que, dependendo inteiramente de outrem para a satisfação das suas necessidades (sede, fome), se revela impotente para realizar a ação específica adequada para pôr fim à tensão interna” (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p. 156). O segundo sentido, importante para a discussão deste capítulo, define o estado de desamparo como um “protótipo da situação traumática geradora de angústia” (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p.156). E acrescentam:

No quadro de uma teoria da angústia, o estado de desamparo torna-se o protótipo da situação traumática. É assim que, em *Inibição, sintoma e angústia*, Freud reconhece aos ‘perigos internos’ uma característica comum: perda ou separação que acarreta um aumento progressivo da tensão, ao ponto de, num caso extremo, o indivíduo se ver incapaz de dominar as excitações e ser submergido por elas – o que define o estado gerador do sentimento de desamparo (Laplanche & Pontalis, 1967/1983, p.157).

Nessa definição parece estar implícito que o desamparo estaria na origem das situações traumáticas e seria o responsável pelo desencadeamento da angústia e sua série correspondente. Porém, é preciso que se diga que o desamparo não é motivo, mas produto de uma condição específica do ser humano, a prematuração.

Freud diz que o indivíduo na primeira infância não está apto a domar as grandes somas de excitação, seja exógena ou endógena, que o invadem e que essa incapacidade, fruto de um despreparo biológico, “acentuaria o valor traumático de certas experiências (...)” (Caropreso, 2009, p. 588). Nesse sentido, Sigmund Freud argumenta que “finalmente, a condição de adulto não oferece uma proteção suficiente contra o retorno da situação de angústia traumática e originária” (Freud, 1926/1975, p.140). Nem mesmo com o desenvolvimento do aparelho psíquico essa experiência traumática originária deverá ser absorvida.

Dessa forma, a experiência do nascimento parece ser realmente a situação que marca o psiquismo como trauma originário. Outras situações passariam a ser identificadas como perigosas por se associarem a esse trauma inicial e colocarem a possibilidade de o indivíduo voltar a experienciá-lo. Com o desenvolvimento psíquico, certas excitações de origem endógena passam a ser sinalizadas como perigos, o que desencadeia uma reação de fuga. Esse processo estaria na base dos sintomas neuróticos.

O que carece de explicação, agora, seria o que leva cada indivíduo a reagir de maneira “normal” ou neurótica frente aos perigos que sucedem a experiência do nascimento. Tendo feito um percurso, então, pelos argumentos freudianos acerca da prematuração do ser humano e conseqüente despreparo do aparelho psíquico para lidar com grandes quantidades de excitação, voltemos a uma pergunta que permanece em aberto desde a parte II deste texto: o que determina a diferença na reação de angústia frente ao perigo? Por que cada indivíduo reage de maneira particular diante de uma situação ameaçadora? Nas palavras de Freud (1926), para iniciarmos a discussão, podemos encontrar o seguinte:

A angústia é a reação frente ao perigo. É por certo que não cabe descartar a ideia de que se o afeto de angústia tem podido conquistar uma posição excepcional dentro da economia anímica, ele tem muito a ver com a natureza do perigo. Pensando bem, os perigos são comuns a todos os seres humanos, os mesmos para todos os indivíduos; o que nos faz falta, e que não temos, é um fator que nos permita entender como se selecionam os indivíduos capazes de submeter o afeto de angústia, apesar de sua particularidade, à produção normal, e quem está destinado a fracassar nessa tarefa (Freud, 1926/1975, p. 141).

A colocação de que a predisposição ao perigo é comum a todo ser humano reafirma que a disposição à angústia, e conseqüentemente à neurose, faz parte dos processos da constituição do aparelho psíquico.

E Freud diz isso ao reposicionar o trauma de nascimento como estando na base da repressão primordial, ou seja, se o nascimento é comum aos indivíduos, então, todos

estão sujeitos à angústia e à neurose. Entretanto, Freud não esclarece as diferenças na reação traumática entre os indivíduos. O criador da Psicanálise enfatiza a existência de um fator comum a todos os seres humanos: a prematuração ao nascer, que potencializa o caráter traumático de certas experiências e os predispõe às neuroses.

Caropreso (2009), por sua vez, explica melhor as ideias externadas por Freud:

... com a vinculação entre o reprimido primordial e os primeiros traumas e com a vinculação de todas as experiências de angústia ao trauma de nascimento, Freud não só volta a colocar a vivência de dor na base das neuroses, como passa a situá-la na base de todos os processos psíquicos. O trauma de nascimento e a contínua ameaça de reviver esse trauma, por causa do desamparo inicial da criança e de sua dependência absoluta de outra pessoa, passam a ser pensados como o fundamento sobre o qual o psiquismo se desenvolve (Caropreso, 2009, p. 587).

E ainda acrescenta o que de importante queremos retomar, concluindo que “o ser humano teria uma predisposição biológica, constitucional à neurose, ou seja, sua condição biológica de prematuração e desamparo ao nascer seria o fator predisponente a essa” (Caropreso, 2009, p. 587).

Diante dessa condição biológica de prematuração, Sigmund Freud propõe três fatores que exercem influência sobre o aparelho psíquico e que “determinam” como reagir frente ao perigo. Os três fatores estão ligados à compreensão quantitativa (econômica) do funcionamento psíquico, ou seja, respondem pela decisão de preservação “de antigas situações de perigo, conservação das repressões do ego, ou se as neuroses de infância tenderão ou não a terem continuidade” (Freud, 1926/1975, p.145). Os referidos fatores são: o fator biológico, o filogenético e o psicológico. Dada a importância do fator biológico, tomemos as palavras literais de Freud no seguinte teor:

O biológico é um prolongado desamparo e dependência da criatura humana. A existência intrauterina do homem se apresenta breve

com relação à maioria dos animais; nasce mais inacabado que os outros. Isso reforça a influência do mundo exterior real, promove prematuramente a diferenciação do ego em relação ao id, eleva a significação dos perigos do mundo exterior e aumenta enormemente o valor do único objeto que pode proteger destes perigos e substituir a vida intrauterina. Assim, o fator biológico cria as primeiras situações de perigo e cria a necessidade de ser amado, da qual o homem não se livrará jamais (Freud, 1926/1975, p.145).

Fica claro que o desamparo biológico do ser humano é fator constitutivo importante para o estudo da relação do trauma e da angústia, visto que o psiquismo não está preparado para as grandes irrupções de excitação que o nascimento promove.

O fator filogenético diz respeito ao desenvolvimento da libido no ser humano não ser linear e contínuo como nos outros animais, desenvolvendo até determinada idade, sofrendo uma interrupção e somente atingindo seu ápice num momento posterior, mais especificamente na puberdade.

Essa observação do desenvolvimento da libido possibilita a Freud afirmar que o ego entende como perigoso alguns desejos sexuais na infância, precisando, portanto, se defender. Assim, quando na puberdade esses desejos ressurgirem, prenuncia-se o risco de serem novamente tomados como perigosos e serem alvo novamente de repressão, o que nas argumentações freudianas configura a causa principal das neuroses.

O terceiro fator, o psicológico, é explicado por Freud a partir de um “defeito” do aparelho psíquico por conta de sua diferenciação entre ego e id. Cabe ao ego defender-se dos perigos externos, mas quando o perigo é proveniente do interior do aparelho, mais precisamente derivado de uma moção vinda do id, o ego não tem como fugir. Resta a ele tão somente tentar desviar o afluxo perigoso, mesmo que isso cause danos à sua integridade. A insistente tentativa do id pode acabar por vencer o ego e o sintoma neurótico aparecer.

Apesar dessas condições, há que se destacar que nem mesmo Freud admitiu ser a neurose um percurso natural, ou seja, esses fatores predisõem o ser humano, mas não

definem uma constituição. Suas colocações apontam que “o neurótico se diferencia do homem normal por suas desmedidas reações frente aos perigos. E, definitivamente, a condição de adulto não oferece uma proteção suficiente contra o retorno da situação da angústia traumática e originária (...)” (Freud, 1926/1975, p. 140).

5 - Considerações finais

No *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, Freud apresenta dois postulados básicos para pensar a estrutura e o funcionamento do aparelho neuronal: a quantidade e o neurônio, sendo que, primeiramente, a relação entre quantidade e neurônio seguiria o princípio da inércia. O aparelho neuronal seria composto por três sistemas distintos: o sistema perceptivo (ϕ), o sistema de memória (ψ) e o sistema da consciência (ω). Com o esclarecimento das características de cada um dos sistemas, como a permeabilidade e a impermeabilidade, e com as hipóteses suplementares formuladas, como os conceitos de barreiras de contato e facilitação, Freud esclarece como seria a ação da excitação endógena e exógena no psiquismo. A partir da diferenciação no modo de operação dos estímulos, principalmente a partir das particularidades dos estímulos endógenos, o autor de *Esboço de psicanálise* (1938) formula a hipótese de que o princípio da inércia seria substituído por uma tendência à constância. A “substituição” do modo de funcionamento primário pelo secundário aconteceria a partir da inibição por parte do eu dos caminhos facilitados que gerassem desprazer. Atendendo à primeira regra biológica, a inibição evitaria os caminhos preferenciais que conduzissem ao desprazer. Assim, a ocupação muito intensa das representações de objeto de desejo e de objeto hostil seria inibida.

A “vivência de satisfação” desempenharia um papel fundante no funcionamento psíquico normal, pois seria a partir dela que se desenvolveriam os processos psíquicos complexos. A “vivência de dor”, por sua vez, estaria na base do funcionamento psíquico patológico. A dor ganha destaque nesta obra de Freud, ao ser pensada como uma grande irrupção das camadas protetoras do aparelho psíquico, levando o aparelho neuronal a se afastar ou a fugir desses estímulos que geram desprazer. Segundo Freud, a experiência de dor teria como consequência o surgimento do afeto e da defesa primária excessiva.

A dor constituiria grandes facilitações no sistema ψ e levaria, inicialmente, o aparelho neuronal a buscar descarga por esses caminhos mais facilitados. No entanto, a ocupação dos caminhos facilitados na vivência de dor conduziria ao desprazer (o afeto), de forma que seria necessário que o eu se empenhasse em inibir essa livre descarga através da ligação da energia. Só após um trabalho gradual e repetitivo de ligação da excitação é que a ocupação dos caminhos desprazerosos relacionados à vivência de dor poderia ser evitada. Após esse processo, a ocupação da representação do objeto hostil

passaria a se limitar a um sinal de que aquele caminho conduz ao desprazer e deve ser evitado.

Podemos dizer, então, que as primeiras hipóteses freudianas sobre a dor e a repetição encontram-se no texto do *Projeto para uma psicologia científica* (1895). Na época da escrita desse referido trabalho, Freud defendia a teoria da sedução, segundo a qual haveria experiências traumáticas reais relacionadas à sexualidade na origem das neuroses. Com a constatação de que não se tratavam de experiências realmente vividas, mas de fantasias infantis, o papel da vivência de dor no psiquismo deixa de ser alvo da atenção freudiana. Tanto o desenvolvimento psíquico normal, como o patológico, passam a ser pensados a partir das consequências da vivência de satisfação e do desejo. Em 1920, entretanto, Freud retoma a vivência de dor colocando-a como ponto central dos processos do desenvolvimento psíquico e das neuroses.

Em *Além do princípio do prazer* (1920), Freud retoma a hipótese da vivência de dor voltando a colocá-la na base dos processos psíquicos. As hipóteses da vivência de dor e do funcionamento repetitivo dela derivado, que haviam sido elaboradas em 1895, são retomadas, no entanto, Freud passa a chamar de “trauma” o que antes havia chamado de “vivência de dor”. O trauma é definido, em 1920, como uma quantidade muito intensa que romperia as barreiras protetoras do aparelho psíquico, quando este se encontrasse em um estado de despreparo e, portanto, sem a possibilidade de defesa. Freud retoma também a hipótese, que havia desaparecido nos textos intermediários, de um funcionamento primário repetitivo, que traria de volta experiências desprazerosas. Assim, Sigmund Freud defende a existência de um funcionamento anterior ao princípio do prazer, o qual consistiria em uma “compulsão à repetição”. Tal compulsão teria como objetivo ligar a excitação e, dessa maneira, preparar o terreno para a entrada em ação do princípio do prazer.

É também no texto de 1920 que o novo dualismo pulsional é apresentado, sendo importante a noção da pulsão de morte e sua relação com a compulsão à repetição. A compulsão à repetição atuaria a serviço da pulsão de morte, pois ao buscar a ligação da excitação ela estaria possibilitando um retorno ao estado anterior ao da excitação, que, em última análise, seria o estado inanimado.

Mouammar (2013) faz as seguintes considerações sobre a relação da compulsão à repetição e a pulsão de morte:

Assim, Freud inseriu a compulsão a repetição no raciocínio psicanalítico da fisiologia e mecânica do aparelho psíquico e da teoria do trauma. A explicação da importância de um escudo protetor contra os estímulos invasores externos e internos e a retomada de ideias psicanalíticas já debatidas anteriormente a 1920, de que o rompimento desse escudo levaria à dor e ao trauma (ideias desde o *Projeto* e dos *Estudos sobre Histeria*, 1895), levou Freud a retomar a tese de Breuer sobre a existência de duas formas de preenchimento de energia dos sistemas psíquicos: uma na qual as cargas de investimento fluem livremente e pressionam para a descarga, outra com cargas de investimento em repouso. A grande invasão de estímulos leva o aparelho a uma tentativa de lidar com as cargas e para tanto tenta capturá-los, o que em alemão Freud chamou *Binden* – enlaçar, ligar, realizando um trabalho psíquico para poder, enfim, processar esse estímulo percebido como dor, trauma (Mouammar, 2013, p. 70).

A ligação da energia livre no aparelho psíquico é reconhecida por Freud como uma das mais originárias e importantes funções, pois que dela dependeria a possibilidade de substituir o processo primário pelo secundário, passando a energia de livre a ligada. Antes da compulsão à repetição a energia fluiria por caminhos facilitados que poderiam conduzir ao desprazer. Depois de domada, a energia não mais fluiria livremente e o desprazer seria limitado a um sinal de que certos caminhos devem ser evitados. Com as hipóteses do trauma e da compulsão à repetição, Freud volta, então, a situar na origem do psiquismo experiências traumáticas originárias nas quais o aparelho psíquico seria inundado por grandes somas de excitação de origem externa.

Em 1923, no texto *O ego e o id*, há novamente uma retomada de conceitos esboçados em 1895, especialmente na seção 3 do texto *Projeto para uma psicologia científica*, sobre o mecanismo de inibição dos processos desprazerosos consequentes da vivência de dor, agora chamada trauma. Nesse texto, Freud retoma a questão sobre o impacto da dor no psiquismo e reconhece ser necessário atribuir à mesma um papel fundamental no processo de constituição do ego. Segundo Freud, a experiência dolorosa proporcionaria um conhecimento dos órgãos corporais que contribuiria para a constituição do ego. Ao fornecer ao psiquismo sensações acerca do corpo, a dor

possibilitaria ao indivíduo conhecê-lo. Freud parece sugerir que esse seria o protótipo do processo de constituição do ego, o que esclarece sua afirmação de que “o ego é, em primeiro lugar e acima de tudo, um ego corporal” (Freud, 1923/2007, p. 26).

No texto *Inibição, sintoma e angústia*, de 1926, Freud repensa sua teoria sobre a angústia e reposiciona o trauma na base do funcionamento psíquico normal e patológico. Ao propor a segunda teoria da angústia, ele desloca a angústia de produto a motivo da repressão. Se até 1926 a angústia era pensada como um derivado da repressão pela incapacidade de uma moção pulsional ganhar descarga, neste momento ele inverte essa lógica, passando a considerar a angústia como o motivo da repressão. Essas hipóteses o levam a retomar a ideia da vivência de dor, do *Projeto para uma psicologia científica*, e as considerações sobre o trauma de *Além do princípio do prazer* para embasar dois conceitos fundamentais da metapsicologia: o trauma originário e a repressão primordial.

Freud sugere que traumas precoces seriam as ocasiões da repressão primordial e que o trauma originário, o mais primitivo de todos, seria o nascimento. A angústia experienciada nesse momento levaria a uma série de outras angústias subsequentes. Assim, o nascimento causaria uma sobre-excitação no aparelho psíquico, uma inundação de quantidade que, devido à incapacidade de se proteger ou exercer uma ação de descarga, colocaria a criança numa situação de desamparo. Assim, o nascimento seria uma vivência traumática originária. Posteriormente, situações que colocassem a possibilidade de reviver esse trauma originário despertariam angústia.

Assim, na segunda teoria da angústia, esta apresentaria como objetivo a proteção do aparelho psíquico de ameaças e de perigos. Assim, a angústia atuaria como um sinal para a repressão impedir que conteúdos desprazerosos associados às representações ligadas a traumas anteriores fossem novamente ocupados. Angústia e repressão operariam para fazer o aparelho psíquico fugir de situações ameaçadoras, evitando, com isso, o desprazer.

Freud, então, propõe uma série de angústias típicas no desenvolvimento infantil, as quais estariam apoiadas, em última instância, na angústia do nascimento. Na primeira infância, a angústia central estaria relacionada ao afastamento ou perda do objeto de amor (mãe) ou cuidador. Pouco mais adiante, a angústia seria despertada pelo medo da castração, depois a angústia seria frente ao superego e por último diante da morte. Cada uma dessas angústias estaria relacionada a um tipo de psicose, de forma que a angústia de castração seria a central apenas na fobia. Com isso, Freud coloca em

questão a ideia de que a angústia de castração e a repressão da sexualidade edípica seriam os fatores centrais envolvidos na etiologia de todas as neuroses.

Todas essas experiências, assevera Freud, remeteriam o aparelho psíquico ao desprazer sentido no trauma originário frente à sua incapacidade de efetuar adequadamente a descarga da excitação em excesso. Essa condição de incapacidade do psiquismo em efetuar a descarga adequadamente, colocando-o numa posição de desamparo seria fruto de uma condição do ser humano que Freud enfatiza como prematuração. Segundo os argumentos do criador da Psicanálise, o ser humano nasce inacabado, dependente de um outro semelhante para que suas necessidades sejam satisfeitas. Seria justamente o estado de prematuração e desamparo que colocaria constantemente o ser humano diante da ameaça de reviver o trauma do nascimento.

De acordo com a leitura epistemológica feita neste trabalho, podemos concluir que os conceitos de dor e de trauma são lacunares na obra freudiana, lacunar no sentido de não haver uma linearidade na construção e na compreensão do conceito. Há um primeiro momento, em 1895, em que o tema é esboçado, mas por mais de 20 anos o trauma é pensado no plano da sexualidade. É somente após 1920 que a ideia do trauma, pensado como uma experiência desprazerosa realmente vivenciada é retomada, sendo definitivamente posicionada na base do funcionamento psíquico normal e patológico, em 1926.

Essas reformulações presentes nos textos de 1920, 1923 e 1926, os quais foram objeto de análise deste trabalho, seguirão com Freud até seus últimos escritos. Apesar disso, muitos leitores da psicanálise desconhecem esse aspecto e continuam a pensar o funcionamento do aparelho psíquico e a constituição das neuroses como tendo em sua base unicamente o desejo e os impulsos sexuais.

Referências bibliográficas

- Antonello, D.F. e Herzog de Oliveira, R. (2011) A repetição e o Projeto de 1895: gérmen de um conceito. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo*. 14(02), 237-251.
- Assoun, P-L. (1996). *Metapsicologia freudiana*. Uma introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1993).
- Azoubel Neto, D. (2006). A psicanálise do processo primário: reflexões sobre a metapsicologia da dor. *Revista da SPAGESP (Sociedade de psicoterapias analíticas grupais do Estado de São Paulo)*, 7(01), 28-43.
- Caropreso, F. e Simanke, R. (2006). Compulsão à repetição: um retorno às origens da metapsicologia freudiana. *Ágora, PPGTP/UFRJ*, 9(02), 207-224.
- Caropreso, F. (2009) Dor e desejo na teoria freudiana do aparelho psíquico e das neuroses. *Revista de Filosofia Aurora*, 9(2), 569-590.
- Caropreso, F. (2010). *Freud e a natureza do psíquico*. São Paulo: Annablume.
- Figueiredo, L. C. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (2006). Além do princípio do prazer. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Vol. 2 (pp 123-198). Rio de Janeiro: Imago. Tradução de Luiz Alberto Hanns. (Obra original publicada em 1920).
- Freud, S. (2007). O Eu e o Id. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente* Vol. 3 (pp. 13-92). Tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago. (obra original publicada em 1923).
- Freud, S. (1975). Inhibición, síntoma y angustia. In: S. Freud, *Obras completas* Vol. 20 (pp. 73-164). Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Trabalho original publicado em 1925-1926).
- Gabbi Jr, O. F. (2003). *Notas a projeto de uma psicologia*. As origens utilitaristas da Psicanálise. Rio de Janeiro: Imago.
- Gabbi Jr., O. F. (2000). Notas sobre mecanicismo e teleologia: a pulsão de morte. Em: *Denegação e retorno: uma leitura metodológica de "Para além do princípio do prazer", de Freud*. Piracicaba: UNIMEP. Pp. V - XXIII
- Kimmerle, G. (2000). *Denegação e retorno: uma leitura metodológica de "Para além do princípio do prazer", de Freud*. Tradução de Osmir Faria Gabby Jr. Piracicaba: UNIMEP.
- Laplanche, J. (1987). *Problemáticas I: A angústia*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1980)
- Laplanche, J. (1988). *Problemáticas II: Castração - Simbolizações*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1980)
- Laplanche, J. e Pontalis, J. B. (1983). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1967)

- Monzani, L. R. (1989). *O movimento de um pensamento*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Mouammar, C. C. E. (2013). A pulsão de morte no Além do princípio do prazer. Em: *Psicanálise em perspectiva IV* (pp. 63-80). CRV: Curitiba, ed. 4.
- Nagera, H. org (1970). Ansiedade. In: *Metapsicologia Conflito, Ansiedade e outros temas* (pp. 119-121). Cultrix: São Paulo.
- Pisetta, M.A.A.M. (2008). Considerações sobre as teorias da angústia em Freud. *Psicologia: Ciência e Profissão/CFP*, 28(2), 404-417.
- Plastino, A. P. (2001). *O primado da afetividade*. A crítica freudiana ao paradigma moderno. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Queiroz, E.F (2012). Dor e gozo: de Freud a Lacan. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo*. 15(04), 851-867.
- Simanke, R. T. (2007) *Mente, cérebro e consciência nos primórdios da metapsicologia freudiana: uma análise do “Projeto de uma Psicologia”(1895)*. São Carlos: Edufscar.
- Simanke, R.T. e Caropreso, F.S. (2005). O conceito de consciência no *Projeto de uma psicologia* de Freud e suas implicações metapsicológicas. *Trans/Form/Ação, São Paulo*, 28(01), 85-108.